

Assassinato de Guajajara e ataque a base da Funai mostram escalada da violência na Amazônia

Páginas 3 e 4

Levantamento do Cimi mostra que 21 Terras Indígenas com povos isolados estão invadidas

Página 5

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLI • Nº 420 • Brasília-DF • Novembro 2019



SÍNODO PARA A AMAZÔNIA

Tecendo redes em defesa da Casa Comum

Igreja exorta reflexão sobre a Casa Comum a partir de uma ecologia integral, com justiça e paz, tendo a periferia como centro epistêmico. No documento final do Sínodo, “navegar para águas mais profundas” reforça a necessidade da Igreja atuar na garantia dos direitos territoriais dos povos tradicionais

Páginas 8, 9, 10 e 11

Repercussão Geral contra o Marco Temporal

O caso de Repercussão Geral, reconhecido em fevereiro de 2019 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), envolvendo a Terra Indígena Ibirama-La Klãnõ, em Santa Catarina, do povo Xokleng, pode ser votado a qualquer momento pelos ministros. O caso tem o poder de atingir incontáveis demandas territoriais dos povos indígenas judicializadas. Como um dos argumentos contrários à demarcação da TI Ibirama-La Klãnõ é a tese do Marco Temporal, a Repercussão Geral pode afetar procedimentos demarcatórios em curso e já concluídos de 5 de outubro de 1988 para cá.

Em setembro, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), onde se aninha o ruralismo mais raivoso contra os povos indígenas, entrou com pedido de *amicus curiae* nesta ação de Repercussão Geral. Esse mesmo ruralismo é o aliado de primeira hora de Jair Bolsonaro e que ocupa cargos estratégicos em seu governo, caso do Ministério da Agricultura com Tereza Cristina, parlamentar do Democratas e oriunda da bancada ruralista na Câmara Federal. Para esse grupo Bolsonaro fala quando diz que não deixará demarcar mais nenhum milímetro de Terra Indígena e que pretende rever a demarcação de Raposa Serra do Sol. E o que essa turma deseja com o Marco Temporal é não demarcar mais terras e rever todas possíveis.

Estamos falando de uma quantidade alta de Terras Indígenas na alça de mira deste governo. Conforme o

Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - dados 2018, das 1.290 Terras Indígenas mapeadas, 821 encontram-se com alguma pendência administrativa. Ou seja, não estão com o procedimento demarcatório concluído. Destas 821, um total de 528 estão sem nenhuma providência. Como a tese do Marco Temporal defende que só podem ter suas terras regularizadas os povos que estavam nelas na promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, a quantidade de questionamentos poderá levar a grandes e graves conflitos por terras. Com o aparato opressor do Estado ao lado dos inimigos, os povos indígenas poderão sofrer perdas territoriais só vistas em proporção séculos passados. São centenas de terras no Sul e Nordeste, por exemplo, que podem ser afetadas. A Amazônia não fica de fora: há uma boa quantidade de povos resistentes, a chamada emergência étnica, e que há poucos anos regressaram para as terras de onde foram expulsos no decorrer do século XX.

As mobilizações sobre o caso de Repercussão Geral precisam começar imediatamente. Em Brasília, delegações indígenas já peregrinam até a Praça dos Três Poderes para sensibilizar os ministros e ministras do STF. Essa é talvez a pauta mais importante quanto ao direito territorial indígena desde a batalha da Constituinte pelos artigos 231 e 232. Um revés pode mudar toda uma configuração que tem garantido a reprodução física, social e cultural dos povos indígenas no Brasil.

Porantinadas

Demarcações só via decisão judicial

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública (ACP) contra a União e a Fundação Nacional do Índio (Funai) para obrigá-las a concluir o processo administrativo de ampliação e redefinição dos limites da Terra Indígena Apinajé no estado do Tocantins. Diante de todas as tentativas frustradas de resolução extrajudicial da questão, o MPF propôs a ação civil para obrigar judicialmente União e Funai a concluírem, no prazo de dois anos.

Quem tem bandidos de estimação?

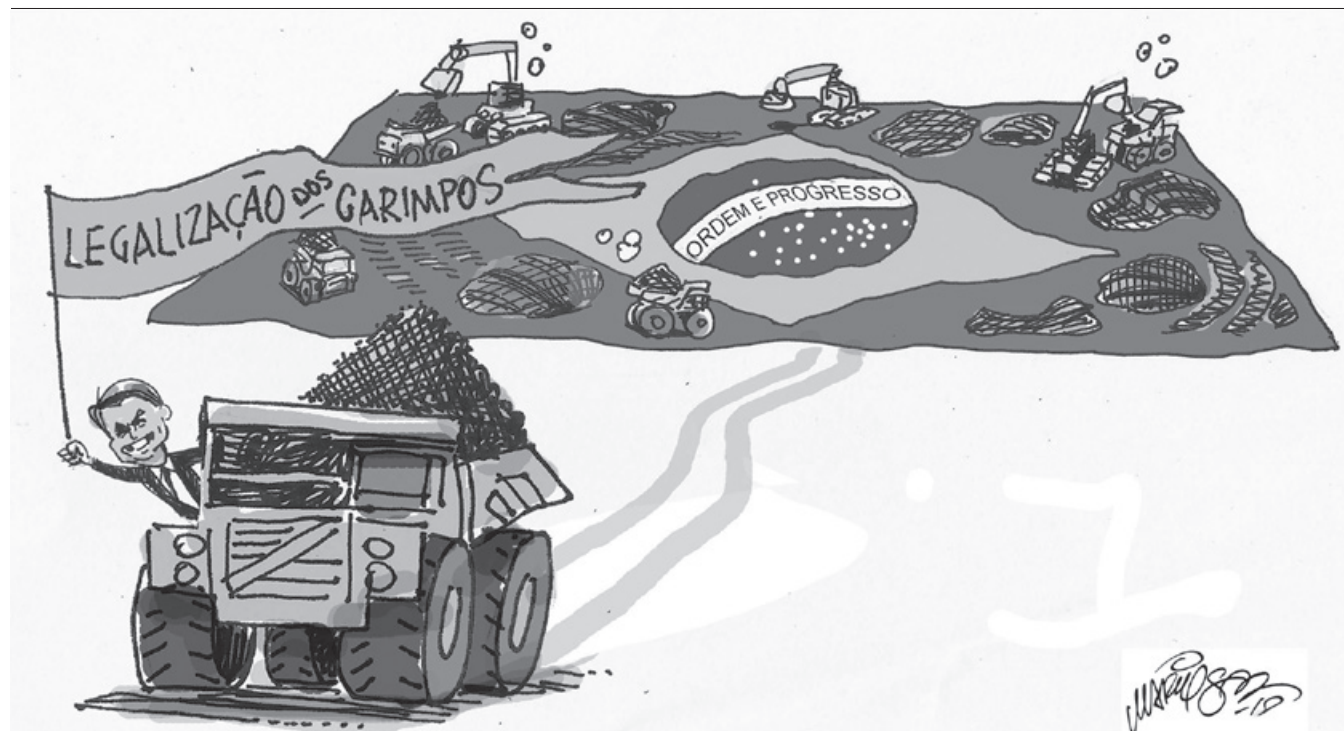
Em conversa com um grupo de garimpeiros, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) se comprometeu a tomar providências contra a destruição de maquinário durante fiscalizações ambientais, medida prevista na legislação atual. "Queimar maquinário? Outra história. Hoje vou conversar de novo. Se a máquina chegou lá, ela sai", disse o presidente. "A gente acerta isso. Já dei a dica para vocês. Se entrou, sai", acrescentou.

O veneno segue sobre a mesa

O glifosato, agrotóxico com mais de 18 mil ações contra seu uso nos EUA, não só teve a licença de comercialização renovada no Brasil como também tornou-se menos perigoso aos olhos do governo. Isso porque, após a reclassificação de toxicidade aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), 93 produtos formulados à base de glifosato tiveram a classificação de toxicidade reduzida, conforme levantamento da Agência Pública e Repórter Brasil.

ERRATA

Na bibliografia do artigo Terras Indígenas: da conquista à Constituição de 1937, de autoria do historiador Benedito Prezia e publicado na edição de outubro do Porantim, faltou a seguinte referência: BEOZZO, José Oscar. Leis e regimentos das Missões. Política indigenista no Brasil. São Paulo: Loyola, 1983. (Col. Missão Aberta, v. 6)



Terras Indígenas Arariboia e Vale do Javari são atacadas a tiros na Amazônia: um líder Guajajara é morto

Por **Elaíze Farias**, da agência Amazônia Real

Dois territórios indígenas foram atacados por invasores em menos de 24 horas na Amazônia Legal. Na Terra Indígena Arariboia, no estado do Maranhão, o guardião da floresta e liderança Paulo Paulino Guajajara, de 26 anos, foi assassinado com um tiro no pescoço no início da tarde de sexta-feira (01) durante uma emboscada de madeireiros ilegais. Na noite de quinta-feira (31), a Base de Proteção Etnoambiental Ituí-Itacoai da Fundação Nacional do Índio (Funai), que atende os índios isolados Korubo, na Terra Indígena Vale do Javari, no extremo oeste do Amazonas, foi alvejada a tiros por pescadores e caçadores ilegais.

Os ataques aos territórios indígenas se intensificaram desde a eleição do presidente Jair Bolsonaro (PSL) a partir de novembro de 2018, quando ele prometeu não demarcar territórios tradicionais, tomou medidas de flexibilização da política ambiental e anunciou que pretende autorizar a mineração nestas áreas. Estas decisões provocaram tensão e crescimento da violência contra os povos indígenas do Brasil.

Os dois novos casos de violência na Amazônia tiveram repercussão imediata dentro e fora do Brasil, pois neste momento uma comitiva de lideranças está numa jornada internacional denominada campanha “Sangue Indígena, nenhuma gota a mais” para divulgar as violações de direitos e ameaças aos povos indígenas no país.

A coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Sonia Guajajara, que está na jornada internacional, disse que já faz tempo que os indígenas de Arariboia denunciam a situação de ausência de poder público e invasão para exploração de madeira.

O assassinato de Paulo Paulino Guajajara aconteceu na região de Bom Jesus das Selvas, entre as aldeias Lagoa Comprida e Jenipapo. Outro indígena, Laércio Guajajara, foi ferido com tiros no pescoço e no braço. Ele é primo de Sônia, ex-candidata à Presidência da República pelo PSOL.

“Não queremos mais ser estatística, queremos providências do Poder Público, dos órgãos que estão cada vez mais sucateados exatamente para não fazerem a proteção dos povos que estão pagando com a própria vida por fazer o trabalho que é responsabilidade do Estado. Exigimos justiça urgente!”, disse ela, na nota da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil neste sábado.

Em comunicado divulgado neste sábado (02), a organização União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) disse que o ataque à Base de Proteção Etnoambiental Ituí-Itacoai, que atende os índios isolados Korubo, foi o sétimo este ano. O anterior havia sido no dia 21 de setembro. Os indígenas são ameaçados até por missionários fundamentalistas.

De acordo com as lideranças indígenas do Vale do Javari, a estratégia dos invasores, agora, é dar tiros em direção às bases e para o alto e assim evitar que eles sejam importunados pela vigilância da Funai. “Eles já fazem isso para intimidar, para que não sejam abordados”, disse Manoel Chorimpa, da Univaja.

Do governo federal, apenas o ministro da Justiça, Sérgio Moro, se pronunciou, mas falou sobre o ataque a TI Arariboia. A Fundação Nacional do Índio (Funai), chefiada pelo delegado da Polícia Federal Marcelo Augusto Xavier da Silva, apoiado pela bancada ruralista no Congresso Nacional, até o momento não se pronunciou sobre os dois ataques às terras indígenas e nem informou que medidas vai tomar para proteger os territórios.

Pela sua conta no Twitter, Sérgio Moro declarou que a Polícia Federal irá apurar o assassinato do líder indígena Paulo Paulino Guajajara. “Não pouparemos esforços para levar os responsáveis por este crime grave à Justiça”, afirmou.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), também postou em sua conta no Twitter que a Polícia do Maranhão está colaborando as investigações, apesar da competência para apurar crimes contra direitos indígenas seja federal.



Paulo Paulino Guajajara, o Guardião da Amazônia assassinado

“Eles não estavam em missão de monitoramento como guardiões da floresta, estavam apenas caçando, quando foram surpreendidos pelos invasores. Eram cinco invasores armados que já vieram com intenção de dar tiro”

“Do mesmo modo oferecemos ajuda ao Ibama para combater a incêndios na mesma terra. Secretários de Segurança Pública e de Direitos Humanos do Maranhão estão em Imperatriz, em reuniões sobre a Terra Indígena Arariboia. Estamos colaborando com os órgãos federais”, disse Dino.

Em nota, a Polícia Federal disse que vai investigar a morte de Paulo Paulino Guajajara. “Uma equipe de policiais da Superintendência Regional da PF no estado está se deslocando para a localidade, com o objetivo de apurar todas as circunstâncias do fato”, divulgou a PF.

Tombou um guardião da floresta

Paulo Paulino Guajajara (seu nome indígena é Kwahu Tenetehar) tinha 26 anos de idade. Ele era uma liderança e integrava o grupo Guardiões da Floresta. Formado por 120 indígenas, o grupo foi criado em 2013 para combater retirada ilegal de madeira do território e até incêndios criminosos dentro da Terra Indígena Arariboia, onde vivem também o povo Awa-Guajá.

Em entrevista à Amazônia Real duas lideranças Guajajara contaram como foi o ataque aos guardiões da floresta. Fabiana Guajajara disse que Paulo Paulino e Laércio Guajajara (nome indígena Tainaky Tenetehar) estavam realizando uma caçada de rotina, quando se depararam, por volta das 13h30 de sexta-feira (31), com os madeireiros dentro do território. A Terra Indígena Arariboia foi homologada pelo governo brasileiro em 1999 com 413 mil hectares, onde vivem 6 mil indígenas, portanto, é crime invadir o território e desmatar a floresta.

“Eles não estavam em missão de monitoramento como guardiões da floresta, estavam apenas caçando, quando foram surpreendidos pelos invasores. Eram cinco invasores armados que já vieram com intenção de dar tiro. De

imediate, deram tiro certo no rosto do Paulo. O Laércio também foi atingido, mas conseguiu fugir. Ele já recebeu cuidados médicos. Estamos recebendo apoio da Secretaria Estadual de Segurança do Maranhão”, afirmou Fabiana.

Segundo nota divulgada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Paulo Guajajara, também conhecido como “Lobo mau”, levou um tiro no pescoço e morreu na floresta. Laércio foi atingido com um tiro nas costas e um no braço, mas conseguiu sobreviver e atendido em um hospital público de Imperatriz, no Maranhão.

A morte de um madeireiro invasor chegou a ser anunciada, mas a informação foi negada pelo Comandante do 34º Batalhão de Polícia Militar de Amarante do Maranhão, Tenente-Coronel PM Araújo. “Não procede a morte do não-indígena. A perícia da Polícia Civil esteve no local”, disse ele à Amazônia Real.

Silvio Santana Guajajara, que acompanhou o depoimento de Laércio ao secretário de Segurança do Maranhão, Jefferson Portela, disse à Amazônia Real que os dois indígenas estavam caçando desde quinta-feira (31). Havia mais dois rapazes com eles, que foram embora no dia seguinte. Laércio relatou que Paulo quis continuar na caçada porque pretendia levar uma queixada (porco-do-mato) para a alimentação da família.

“Eles decidiram procurar uma cacimba [poço natural] e enquanto estavam limpando a água, o Laércio foi tomar banho. Foi quando eles escutaram um barulho, como se fosse bicho rasgando a mata. O Paulo achou que era queixada, mas quando viram, eram homens fortemente armados, que já foram metendo tiro, não teve conversa. Um tiro atingiu o Paulo na nuca, perto do ouvido e do pescoço. Quando o Laércio viu o Paulo caído, com a mão no pescoço, ele decidiu fugir”, relatou Silvio.

De acordo com Silvio Guajajara, Laércio, mesmo com balas no braço direito e nas costas, conseguiu correr dez quilômetros pela mata, pegou uma motocicleta e se dirigiu à aldeia mais próxima. Ele foi atendido em um hospital do município de Imperatriz, onde passou por cirurgia para retirada das balas.

“Agora, a situação está muito triste aqui, clima muito forte. Os pais dele [Paulo Paulino] estão muito tristes”, disse Silvio.

O corpo de Paulo Paulino Guajajara, segundo Silvio, foi resgatado neste sábado (2) e levado ao Instituto Médico

Foto: Survival International

Legal (IML), de Imperatriz, mas deve ser transportado para a aldeia Mucura, de onde são os pais do rapaz, para ser enterrado.

Fabiana Guajajara lamentou a morte precoce de Paulo Paulino, lembrando que ele era uma jovem liderança que deixa esposa e um filho. Ela contou que a morte dele agravou ainda mais uma situação que já era tensa, desde que a rede de madeireiros no entorno da terra indígena cresceu.

“É uma situação de terror dentro das aldeias. As mulheres e as crianças estão assustadas. Os ‘guardiões’, cada vez mais vulneráveis. Com esse governo do Bolsonaro fazendo um discurso anti-indígena, os madeireiros se sentem mais fortalecidos para invadir para retirar madeira e nos atacar”, disse ela.

Segundo Fabiana, foi pedido ao governo do Maranhão para que Laércio Guajajara seja incluído no Programa de Proteção de Testemunhas e Defensores dos Direitos Humanos. A Amazônia Real procurou a assessoria da Secretaria Estadual de Direitos Humanos do Maranhão, mas não obteve resposta.

Ataque à base dos isolados no Javari

Na noite de quinta-feira (31), a Base de Proteção Etnoambiental Ituí-Itacoai da Funai, na Terra Indígena Vale do Javari, no extremo oeste do Amazonas, foi atacada por invasores, uma prática que tem se repetido desde o final de 2018.

A Base dos rios Ituí-Itacoai é uma das quatro localizadas na TI Vale do Javari cuja função é fazer vigilância do território de trânsitos dos índios isolados. Manoel Chorimpa, da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), disse à Amazônia Real que a base atualmente conta com apenas cinco colaboradores indígenas e um servidor da Funai. Não há proteção policial.

“É um risco de vida iminente tanto para os colaboradores indígenas, profissionais que prestam serviço de saúde na base, servidores da Funai quanto aos invasores que tiveram revide dos tiros. Se morrer algum desses, você não imagina o clima de tensão na região. Temos muitos indígenas na cidade que também ficam vulneráveis”, disse Manoel Chorimpa, liderança do povo Marubo, à Amazônia Real.

As lideranças indígenas do Vale do Javari também se preocupam agora com a falta de comunicação entre os servidores e os colaboradores indígenas que trabalham nas bases de proteção aos isolados. Segundo Chorimpa, os funcionários estão cada vez mais acuados, com receio de denunciar até mesmo os casos de invasões e ataques. Ele contou que deste sexta-feira (01) os indígenas não conseguem mais contato com os funcionários da base, cuja única comunicação é via Whatsapp.

“Agora eles não podem mais nem avisar. Cortaram o sinal. Não sei se há alguma orientação para isso. A Funai, em Brasília, se fecha. Não sabemos o que eles estão fazendo, se estão tomando providências, não sabemos nada”, disse Chorimpa.

No último dia 29, um grupo de quatro lideranças da etnia Marubo esteve na Sexta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em Brasília. Manoel Chorimpa era um deles.



Nova maloca dos índios Korubo em situação de isolamento voluntário

“É uma situação de terror dentro das aldeias. As mulheres e as crianças estão assustadas. Os ‘guardiões’, cada vez mais vulneráveis. Com esse governo do Bolsonaro fazendo um discurso anti-indígena, os madeireiros se sentem mais fortalecidos para invadir para retirar madeira e nos atacar”

Em nota divulgada neste sábado, a Univaja diz que a visita ocorreu para relatar a grande vulnerabilidade dos índios isolados e de recente contato no Vale do Javari e pedir providências da atuação urgente de forças de segurança nas Bases do Ituí e Curuçá, “não da forma paliativa como vem acontecendo”.

“As forças de segurança pública têm de atuar conjuntamente com as equipes da Funai por no mínimo um período de 24 meses seguidos, numa perspectiva de que se normalize os patamares de proteção à Terra Indígena de anos anteriores. Da forma que vem acontecendo atualmente, onde as forças de segurança só são acionadas quando ocorre alguma ocorrência como essa e, em no máximo 10 ou até 15 dias, retornam para Tabatinga (AM), tem deixado as equipes da Funai e os indígenas vulneráveis do mesmo jeito”, diz a nota.

Conforme a Univaja, nas imediações de um afluente do rio Ituí estão localizados 32 indígenas Korubo que dependem das equipes da Funai e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Sem esses atendimentos podem sofrer com uma gripe e isso seria fatal.

“Esses ataques afetam não só os trabalhos de fiscalização e servidores da Funai, mas também servidores da saúde,

equipes de apoio e inúmeros colaboradores indígenas que prestam serviços nesses locais”, diz a nota.

A Terra Indígena Vale do Javari é a segunda maior, com 8,5 milhões de hectares. O território tem a maior quantidade de registros de povos isolados do Brasil: são 10 referências confirmadas e quatro em estudos, segundo a Funai. Os povos contactados são Marubo, Matís, Mayoruna, Kanamari, Kulina e Tyohom Djapá (este de recente contato) e alguns grupos de Korubo.

O território possui quatro Bases de Proteção Etnoambiental, como são chamadas oficialmente, e estão localizadas nos rios Ituí-Itacoai, rio Jandiatuba, rio Curuçá e rio Quixito.

A Amazônia Real procurou a assessoria de comunicação da Funai para obter informações sobre providências aos dois casos relatados nesta matéria, mas até o momento não respondeu.

Repercussão internacional

Em nota, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) repudiou o ataque e o assassinato e informou que seu relatório contabilizou 160 casos de invasão a 153 terras indígenas de 19 estados brasileiros entre janeiro e setembro de 2019.

“Hoje não é exagero dizer que os indígenas não podem mais circular em seus territórios com segurança. De tal forma que não nos cabe apenas exigir a apuração do fato em si, mas de denunciar quem tem incentivado e permitido invasões a Terras Indígenas associadas a atentados, assassinatos, ameaças, esbulhos, incêndios criminosos. E quem tem incentivado é o próprio presidente, como ele mesmo admitiu no caso das queimadas”, diz nota do CIMI, que atribui a gravidade da situação às falas do presidente Jair Bolsonaro contra demarcação e regularização dos territórios indígenas.

A Survival Internacional também divulgou nota pública lembrando que no início deste ano, Paulo Paulino Guajajara deu uma entrevista à organização britânica alertando sobre as invasões e a extração de madeira no território.

“Fico com tanta raiva de ver isso [a destruição da floresta]! Essas pessoas pensam que podem vir aqui, para a nossa casa e fazer o que querem da nossa floresta? Não. Não vamos permitir. Nós não invadimos suas casas e roubamos, não é? Meu sangue está fervendo. Estou com muita raiva”, disse ele, à Survival.

Conforme a coluna do jornalista Jamil Chade, do site UOL, a relatora da ONU para o Direito dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, condenou o ataque à TI Araribóia e a morte da liderança Guajajara.

“Condeno nos termos mais fortes essa morte e apelo ao governo a levar os autores dos crimes à Justiça”, disse a relatora, em declarações à coluna.

A organização Survival Internacional divulgou um vídeo que foi enviado às autoridades em junho de 2019, no qual Paulo Paulino (parte de trás à esquerda) e Laércio Guajajara (parte de trás à direita) apareceram ao lado do coordenador dos Guardiões, Olímpio Guajajara, para avisar que suas vidas estão em risco. ♦



Base da Fundação Nacional do Índio (Funai) foi atacada em 22 de dezembro de 2018

Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real

Foto: Herivelton Vargas/Funai/2016

O extermínio programado dos povos isolados: ao menos 21 Terras Indígenas estão invadidas

21 Terras Indígenas com registros da presença de povos isolados estão invadidas: seja por madeireiros, garimpeiros, grileiros, caçadores, pescadores e extrativistas vegetais

Por Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

Está em curso o extermínio programado dos povos indígenas livres ou em situação de isolamento voluntário no Brasil. Não se trata tão somente de uma omissão do governo federal, mas de sua ação deliberada para permitir que esses povos sejam massacrados. Faz parte desse plano criminoso e genocida a desconstrução de todo o sistema de proteção da Fundação Nacional do Índio (Funai), ao mesmo tempo que, ora de forma velada, ora de forma explícita, respalda os invasores de seus territórios.

Segundo os dados coletados entre janeiro e novembro deste ano pelo Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), 21 Terras Indígenas com registros da presença de povos isolados estão invadidas: seja por madeireiros, garimpeiros, grileiros, caçadores, pescadores e extrativistas vegetais. O levantamento não engloba os territórios com a presença desses povos onde não há nenhuma providência em termos de demarcação e proteção de suas terras. No total existem no Brasil registros de 114 povos indígenas isolados, dos quais apenas 28 são confirmados pela Funai.

A estratégia de extermínio e genocídio se torna ainda mais evidente sabendo que o governo conhece muito bem a situação de vulnerabilidade em que se encontram esses povos, a fragilidade que têm para se defender e a liberdade de ação de criminosos em regiões sem a presença protetiva do Poder Público.

Os povos indígenas isolados, assim como os demais povos indígenas e comunidades tradicionais, a própria Floresta Amazônica e tudo que nela habita e seus aliados e defensores, não só são considerados como obstáculos, mas como inimigos a serem combatidos, vencidos ou destruídos, na medida em que atrapalham ou oferecem resistência aos planos governamentais.

Por isso, o governo convenientemente fecha os olhos e favorece a ação de assassinos e criminosos ambientais que se encarregam do serviço sujo. Uma vez “limpo” o caminho, estão dadas as condições para a apropriação das terras por latifundiários para a produção de commodities agrícolas e para que empresas promovam o saque das riquezas naturais da região, como a exploração mineral, inclusive pelo garimpo, que o governo pretende liberar nas terras indígenas. Essa lógica perversa, que permite o extermínio da sociobiodiversidade da Amazônia para satisfazer a ganância de poucos, precisa ser parada.

Na Terra Indígena Vale do Javari (AM), concentração do maior número de povos indígenas isolados no país, com 18 registros, de dezembro de 2018 até o momento já aconteceram cinco ataques a tiros contra a Base de Proteção Etnoambiental do Rio Ituí-Itacoai denunciados pela União das Nações Indígenas do Vale do Javari (Univaja) e confirmados pelos funcionários da Funai que trabalham nessas bases.

Em setembro deste ano, o servidor da Funai Maxciel Pereira dos Santos foi assassinado em Tabatinga, no Amazonas, provavelmente devido ao seu trabalho de fiscalização na Base do Rio Ituí-Itacoai. Além disso, missionários fundamentalistas, inclusive estrangeiros, estão entrando na TI Vale do Javari sem autorização dos povos indígenas e desrespeitando as medidas de proteção da Funai, colocando em sério risco a sobrevivência desses povos isolados.



Maloca de grupos indígenas isolados no Vale do Javari

“O governo convenientemente fecha os olhos e favorece a ação de assassinos e criminosos ambientais que se encarregam do serviço sujo.

Uma vez “limpo” o caminho, estão dadas as condições para a apropriação das terras por latifundiários. Essa lógica perversa, que permite o extermínio da sociobiodiversidade da Amazônia para satisfazer a ganância de poucos, precisa ser parada.”

A situação se espelha país afora. Paulo Paulino Guajajara, guardião da floresta, foi assassinado a tiros, em 1 de novembro, numa emboscada executada por invasores no interior da Terra Indígena Arariboia (MA), habitada pelo povo Guajajara e grupos isolados Awá-Guajá. Laércio Guajajara, que acompanhava Paulo Paulino, sofreu uma tentativa de homicídio ao ser atingido por dois tiros: um no braço e outro nas costas. A Terra Indígena sofre com a invasão de madeireiros e caçadores há anos. São indivíduos que se sentem à vontade para atacar os indígenas no interior de suas terras e são uma grande ameaça aos grupos isolados.

Na Terra Indígena Inãwébohona, localizada na Ilha do Bananal, no dia 9 de outubro, foram avistados oito indígenas isolados por um brigadista do PrevFogo durante ação de combate a um grande incêndio florestal, confirmando as informações de indígenas da região e do Cimi com insistentes pedidos e repasses à Funai para que as necessárias medidas de proteção fossem adotadas. As autoridades, apesar do evidente risco que corre esse

povo isolado devido ao grande número de invasores explorando as riquezas naturais nessa Terra Indígena e dos grandes incêndios no período seco, e mesmo provocadas a agir pelo Ministério Público Federal (MPF), se mantêm em silêncio.

Na carta divulgada no dia 06 de novembro, dirigida “à sociedade brasileira e às autoridades competentes”, o conjunto de servidores lotados nas Frentes de Proteção Etnoambiental (FPEs) da Funai manifestam sua preocupação diante desse quadro assustador de ameaça a vida dos povos indígenas isolados e revelam sua angústia e impotência porque não são oferecidas as devidas condições de trabalho, a segurança e o respaldo para exercerem o seu papel de fiscalização dos territórios.

Os povos indígenas isolados, que se deslocaram para os lugares mais inacessíveis da Amazônia para fugir da violência das frentes de expansão econômica capitalista e para manter a sua liberdade, têm direito à vida, a seus territórios e o respeito à opção que fizeram, assegurados pela legislação brasileira e pelos Tratados e Convenções Internacionais dos quais o Brasil é signatário. A ninguém cabe desrespeitá-los, muito menos aqueles a quem foi confiado a responsabilidade de zelar pelo seu cumprimento.

Trazemos aqui um trecho do documento final do Sínodo da Amazônia: “a ganância pela terra está na raiz dos conflitos que levam ao etnocídio, além do assassinato e criminalização dos movimentos sociais e de seus líderes. A demarcação e proteção da terra é uma obrigação dos estados nacionais e seus respectivos governos”.

Conforme disse o papa Francisco em Porto Maldonado, no Peru, em janeiro de 2018, os povos indígenas “são os mais vulneráveis entre os vulneráveis (...) continuem defendendo esses irmãos mais vulneráveis. Sua presença nos lembra que não podemos dispor dos bens comuns ao ritmo da avidez do consumo”. ♦

Os escolhidos do presidente

Presidente da Funai nomeia profissionais desqualificados e ex-assessor de deputado ruralista para coordenar demarcações

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação - Cimi

Profissionais não qualificados estão sendo nomeados pelo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Augusto Xavier da Silva, para coordenar e realizar estudos de identificação e delimitação de Terras Indígenas no lugar de antropólogos e antropólogas com qualificação atestada. Ao menos dois grupos técnicos foram desconstituídos nas últimas semanas, o que motivou a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) a divulgar uma nota denunciando a interferência política da atual gestão do órgão indigenista em assunto de caráter técnico.

“Segundo consta na documentação que chegou até nós, a medida teria sido ordenada pela Presidência do órgão, que solicitou a alteração dos componentes dos grupos técnicos, constituídos por meio de portaria, sendo substituídos por “antropólogos de confiança”. E pelo que nos chega, outras medidas semelhantes estão em gestação”, de acordo com trecho da nota divulgada pela ABA.

O presidente da Funai é delegado da Polícia Federal. Em 2017, Xavier atuou na assessoria de deputados da bancada ruralista na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai que investigou o órgão e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O inquérito final pediu 67 indiciamentos, entre os alvos antropólogos e antropólogas com envolvimento no trabalho de identificação e delimitação territorial. Nenhum destes indiciamentos prosperou no âmbito judicial pela completa ausência de provas e diálogo com a realidade factual.

Os grupos de trabalho desfeitos pelo presidente da Funai iam realizar a identificação e delimitação das áreas reivindicadas pelo povo Tuxi, com portaria publicada em 15 de agosto de 2019, e do povo Pankará de Serrote dos Campos, com portaria publicada em 10 de outubro de 2019. As duas Terras Indígenas estão localizadas no estado de Pernambuco. Os antropólogos coordenadores dos grupos foram substituídos, de acordo com a ABA, por pessoas sem conhecimento e experiência profissional na implementação das atribuições da Funai.

Em comum, além da interferência, os dois grupos de trabalho foram portariados, com prazo legal de ida a campo, por determinação da Justiça Federal em ações do Ministério Público federal (MPF). Como a Funai, por orientação do presidente da República, tem se negado a realizar os trabalhos de identificação e delimitação de Terras Indígenas, uma saída encontrada pelos povos indígenas é exigir na Justiça Federal a ida a campo dos grupos de trabalho. Há o temor de que mais ingerências do tipo ocorram país afora, numa nítida tentativa de ludibriar juízes que ao decidirem pela garantia do direito indígena acabam determinando a entrada de indivíduos com más intenções nos territórios.

A ABA informou ao MPF e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que os ditos “antropólogos” impostos pela Presidência da Funai de fato não são antropólogos. “Ao que parece, eles frequentaram unicamente um curso de “especialização em antropologia”, o que do ponto de vista desta Associação é insuficiente para o exercício de um trabalho científico envolvendo estudos de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental necessários à identificação e delimitação de uma Terra Indígena”, diz trecho da nota.

A Associação salienta ainda que “setores econômicos e políticos incomodados e contrariados à implementação do estabelecido na Constituição Federal de 1988 no tocante aos direitos dos povos indígenas no



Marcha Pataxó e Tupinambá por demarcação de terras e contra o marco temporal, em Brasília

“A ABA informou ao MPF e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que os ditos “antropólogos” impostos pela Presidência da Funai de fato não são antropólogos”

país”. A nota faz referência ao *Protocolo de Brasília: laudos antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico*, elaborado pela ABA em 2015, um conjunto de orientações para a ação do antropólogo em situações de perícia e resultado dos debates científicos sobre o papel dos antropólogos e da antropologia no reconhecimento de direitos territoriais e culturais diferenciados no Brasil.

Os escolhidos do presidente

No dia 30 de outubro, o presidente da Funai excluiu do Grupo de Trabalho Tuxi a antropóloga Vânia Rocha Fialho, coordenadora do GT, e Ugo Maia Andrade, antropólogo assistente. Os dois profissionais são reconhecidos pela ABA, detêm prestígio entre a comunidade de pesquisadores e histórico de trabalho com perícia e laudos envolvendo Terras Indígenas.

Vânia Fialho é professora Adjunta da Universidade Estadual de Pernambuco e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Já Ugo Maia é doutor em antropologia pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do Departamento de Ciências Sociais e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Para o lugar dos profissionais destituídos, o presidente da Funai nomeou Cláudio Eduardo Badaró como antropólogo coordenador do Grupo de Trabalho. Badaró é também desde setembro assessor nomeado do presidente da Funai e possui apenas uma especialização em antropologia, obtida em 2008 na Universidade Sagrado Coração, com sede em Bauru, interior de São Paulo. Antonio Walter Ribeiro de Barros Junior orientou Badaró durante a especialização sendo ele professor adjunto especial da Universidade Sagrado Coração, onde exerce

o cargo de coordenador da especialização Lato Sensu em Antropologia. Sobre o currículo de Antonio Walter cabe um exame.

O orientador de Badaró na especialização tem graduação em Direito pela Instituição Toledo de Ensino, mestrado e doutorado em Letras pela Universidade de São Paulo, onde concluiu em 2008, e mais recentemente, em 2016, conseguiu o diploma de Gastronomia na Universidade do Sagrado Coração. Nenhuma pós-graduação em antropologia tampouco experiência na realização de laudos, tema do trabalho de Badaró para a conclusão da especialização orientado por Antonio Walter: ‘Perícia Antropológica – Singularidades e Desafios’.

Ex-assessor de parlamentar ruralista

No caso do Grupo de Trabalho da Terra Indígena Serrote dos Campos, do povo Pankará, o presidente da Funai destituiu, também em 30 de outubro, dois servidores especializados do próprio órgão indigenista. Foram retirados o antropólogo Ivson José Ferreira, coordenador do Grupo de Trabalho, servidor lotado na Coordenação Técnica Local (CTL) de Recife (PE), e o antropólogo Maurício Dias Schneider, assistente, servidor lotado na Coordenação Geral de Identificação e Delimitação da Funai.

Para o lugar dos profissionais, ambos com amplo reconhecimento na comunidade científica e quadros técnicos da própria Funai, foi nomeado Joany Marcelo Arantes, ex-assessor parlamentar do deputado federal Homero Pereira, falecido em outubro de 2013. O deputado presidiu a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) e se posicionava contra as demarcações. Atuou com destaque na defesa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215. A proposta visava transferir do Poder Executivo para o Poder Legislativo o ato administrativo de marcar as terras indígenas.

Além disso, Joany Marcelo Arantes também não possui nenhuma qualificação determinada pela ABA para executar as atribuições da Funai. O único título que ostenta é a especialização em antropologia da Universidade Sagrado Coração cuja orientação do trabalho de conclusão foi realizada por Cláudio Eduardo Badaró. ♦

Alegando “desinteresse”, Funai desiste de processo no TRF-4 contra reintegração de posse da TI Palmas

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação – Cimi

Alegando “desinteresse”, a Fundação Nacional do Índio (Funai) desistiu de ação judicial referente a reintegração de posse parte de uma sentença envolvendo a anulação da demarcação da Terra Indígena Palmas, do povo Kaingang, localizada no município de Palmas, no Paraná. O processo tramita no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

A Funai havia acabado de conseguir suspender a reintegração, a partir de uma ação rescisória, mas mesmo assim pediu, no início de outubro, “a homologação judicial da desistência independentemente da anuência da parte requerida, com a consequente extinção do processo”. No protocolo, o órgão alegou desinteresse na ação. O desembargador Rogério Favreto atendeu à solicitação de desistência e extinguiu a ação sem resolução do mérito.

Favreto atendeu também ao pedido da Funai de “revogação da tutela antecipada concedida”, ou seja, significa que o desembargador caçou a sua própria decisão liminar suspendendo os efeitos do acórdão do TRF-4, que anulou a demarcação da Terra Indígena Palmas, colocando novamente a comunidade Kaingang sob risco de sofrer a reintegração de posse como parte da execução da sentença.

A comunidade Kaingang e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) solicitaram ao Ministério Público Federal (MPF) que retome a ação e a instauração de um procedimento para investigar a conduta do presidente da Funai, Marcelo Augusto Xavier da Silva, “ante os indícios de improbidade administrativa ou existência de conflito de interesse”.

Ação judicial bem encaminhada

Em 2007, a Terra Indígena Palmas foi homologada e registrada em cartório com 3.770 hectares. O caminho foi longo, iniciado em 2002 com a publicação do relatório circunstanciado de identificação e delimitação. No entanto, um fazendeiro entrou na Primeira Vara Federal da Subseção Judiciária de Pato Branco com uma ação anulatória do ato administrativo, em vista de 70 hectares que considera ser dono.

A ação tinha como argumento central a inexistência de ocupação indígena na área denominada Terra Indígena Palmas, do povo Kaingang, na data da promulgação da Constituição Federal. A Justiça Federal de Pato Branco sentenciou o processo a favor do fazendeiro, sem realizar perícia judicial ou produzir outras provas.

“Também não ouviu a comunidade indígena, declarando nulo o processo administrativo de demarcação e o registro em cartório da Terra Indígena Palmas, já realizado em nome da União para usufruto exclusivo dos indígenas”, conforme a Assessoria Jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que faz a defesa da comunidade Kaingang.

A Funai, União e o MPF apelaram, mas a decisão de primeira instância foi mantida pelo TRF-4. Em seguida, foram interpostos os recursos especial e extraordinários, onde, em ambos casos, os Tribunais Superiores ratificaram a decisão colegiada do Tribunal



Povo Kaingang durante manifestação por seus direitos territoriais, em Brasília

“O abandono da ação se trata de uma decisão política do presidente da Funai baseada na orientação vigente do governo federal contra a posse dos indígenas de suas terras tradicionais. Esse episódio envolvendo o processo de Palmas, referente aos Kaingang, é algo inédito e altamente prejudicial ao povo indígena”

Antonio Eduardo Cerqueira de Oliveira
Secretário-executivo do Cimi

Vara Federal de Pato Branco e assim os indígenas não correriam mais risco iminente de despejo.

Decisão política que precisa ser investigada

Para o secretário-executivo do Cimi, Antonio Eduardo Cerqueira de Oliveira, o abandono da ação se trata de uma decisão política do presidente da Funai baseada na orientação vigente do governo federal contra a posse dos indígenas de suas terras tradicionais. “Esse episódio envolvendo o processo de Palmas, referente aos Kaingang, é algo inédito e altamente prejudicial ao povo indígena”, explica.

Como contradiz a função do órgão e a ação judicial versa sobre um patrimônio da União, de acordo com o missionário é importante que haja uma investigação para apurar se houve improbidade administrativa por parte do presidente da Funai e para que não se torne uma prática comum.

Regional. O processo transitou em julgado no dia 4 de abril de 2019 e foi aberto procedimento para o cumprimento de sentença na Vara Federal de Pato Branco.

Então a comunidade e o Cimi entraram com uma ação rescisória no Supremo Tribunal Federal (STF) e a Funai com outra no TRF-4, onde obteve a decisão do desembargador suspendendo os efeitos do acórdão.

O jogo virou a favor dos Kaingang no STF em 4 de setembro de 2019. A ministra Carmen Lúcia suspendeu os efeitos da decisão transitada em julgado, proferida na Ação Anulatória, a pedido da defesa dos Kaingang. A ministra determinou ainda a comunicação da decisão, com urgência, à

“Há uma ação de esvaziamento da Funai, responsável pela proteção dos territórios e dos direitos indígenas. Demitindo servidores, nomeando outros sem o compromisso com a questão indígena, evidenciando assim a entrega do órgão para os ruralistas e tirando da Funai sua principal finalidade; ao contrário, o órgão passa a defender os interesses dos ruralistas”, diz Oliveira.

De acordo com o secretário-executivo do Cimi, a retirada dos territórios da posse e usufruto exclusivo dos povos “parece o principal objetivo dos indicados ruralistas que atuam dentro da Funai”. O que se contrapõe à missão institucional do órgão. “A ação da Funai de proteção e garantia dos direitos dos povos indígenas é norteada pela Constituição Federal e a sua ação administrativa regulamentada pelo Decreto 1775”, pondera o secretário-executivo do Cimi.

Ao contrário do que integrantes do governo federal dizem “não existe nenhuma ilegalidade na atuação do órgão na defesa dos territórios e na defesa dos povos indígenas. Pelo contrário, são as principais finalidades e obrigações do órgão. O que amplia o absurdo da decisão política de desistência da ação pela atual direção”, conclui.

Sem respostas

A Funai declarou, pela assessoria de comunicação do órgão, que “em questões judiciais a Funai é representada pela Procuradoria Federal Especializada, PFE, que é subordinada à Advocacia Geral da União – AGU. A instituição conta com Assessoria de Comunicação própria. Sugerimos que entre em contato com a ASCOM-AGU em busca das informações que deseja”.

A AGU, por sua vez, não respondeu aos questionamentos da reportagem até a publicação desta matéria, mesmo após contatos por e-mail e telefone com a assessoria de comunicação. O Ministério da Casa Civil e o Ministério da Justiça também foram acionados, mas não se pronunciaram. ♦

“Há uma ação de esvaziamento da Funai, responsável pela proteção dos territórios e dos direitos indígenas. Demitindo servidores, nomeando outros sem o compromisso com a questão indígena, evidenciando assim a entrega do órgão para os ruralistas”



SÍNODO PARA A AMAZÔNIA

Avançar para
águas mais
profundas em
um projeto de
justiça e paz
a partir da
periferia

Por **Guilherme Cavalli**, da Assessoria de Comunicação - Cimi

“Avançar para águas mais profundas” foi o refrão que deu o tom da caminhada dos povos da Amazônia com papa Francisco na manhã de abertura do Sínodo da Amazônia, na Cidade do Vaticano, em Roma. O encontro aconteceu entre os dias 7 e 27 de outubro. Com início na Basílica de São Pedro, a procissão seguiu até a sala Paulo VI onde teve início os trabalhos do Sínodo. Completamente vazia, sem cadeiras, bancos ou altares, a Basílica onde está enterrado o primeiro bispo da Igreja foi ocupada por símbolos trazidos pelos povos. Cartazes lembravam os mártires do Evangelho, mortos em nome do Reino, projeto de justiça e paz.

Francisco caminhou com os povos que estão em Roma para a Cessão Conciliar. É um Sínodo que peregrina com os povos. O sucessor de Pedro, em sorrisos e cumprimentos, percorreu o trajeto rodeado por representantes dos povos originários, bispos, religiosos e religiosas, leigos e leigas que foram a Roma para acompanhar e debater os temas sobre a vida na Amazônia.

Foto: Guilherme Cavalli/Cimi



“Foi bonito viver essa peregrinação. Cheguei perto do papa. Fiquei feliz. O papa hoje olha para os povos indígenas e pela natureza. Ele chega perto da gente, se aproxima. Eu o apresentei com meu cocar – jeguaka – que eu mesmo fiz, com minhas mãos”, conta Leila Guarani Nhandeva. A indígena é do mesmo povo de um dos mártires que a procissão fez memória: Marçal Tupã-i de Souza, que em 1980 esteve junto ao papa João Paulo II, durante visita do sumo pontífice ao Brasil. Em novembro de 1983 foi assassinado por pistoleiros. “Marçal foi uma de nossas lideranças que morreu pela luta do povo, pelo território. Hoje continuamos o que ele e outros nos deixaram”, disse Leila.

A presença das mulheres, não só indígenas, marcou o Sínodo. Um dos temas colhidos pelo documento preparatório do encontro tratou da presença da mulher nos ministérios da Igreja. Em outro espaço, que não o eclesial católico, Leila Guarani Nhandeva também rompeu barreiras na luta de seu povo: foi uma das primeiras mulheres a fazer o que por muito tempo foi serviço apenas para os homens. “Não é fácil ser mulher e levar adiante a luta sempre feita por homens. Mas nós mulheres hoje defendemos o nosso povo e não tem outra maneira. É resistir”, cravou a liderança.

A indígena se somou a ribeirinhos, pescadores, quilombolas e outras populações tradicionais que entoavam cantos, inclusive em suas próprias línguas, enquanto carregavam uma barca e uma rede de pesca no interior da Basílica. Ao papa, os povos entregaram dois remos como simbologia do pedido que entoavam em canto: avançar para águas mais profundas, símbolo de uma Igreja sinodal.

Os símbolos fizeram referência a uma Igreja pobre para os pobres, de mulheres e homens que ouviram o grupo da Terra, dos povos e das realidades na Amazônia, América Latina e Caribe. Gaudino Pataxó, Ir. Dorothy Stang, Ir. Cleusa Rody Coelho, Chico Mendes, Simão Bororo, Vicente Cañas, Oscar Romero, entre outros, foram testemunhos lembrados pelos rostos carregados por fiéis durante a procissão.

“Ao apertar a mão quente de Francisco e ver seu sorriso alegre, me senti forte, me senti plena de coragem para seguir, para enfrentar e resistir junto aos povos indígenas”, comentou Marline Dassoler, missionária do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) junto ao Secretariado Nacional da instituição. “Na procissão, junto com Francisco, lembramos os mártires do Reino. Vicente Cañas é nosso mártir inspirador da caminhada com os povos indígenas. É símbolo de dedicação, entrega e doação. Kiwxi, como era chamado pelos Enawene-Nawe, agora é um encantado que ilumina nossa caminhada rumo à terra sem males e pela garantia dos direitos dos povos indígenas no Brasil e na Pan-Amazônia”, concluiu.

Para a realização do Sínodo, uma longa jornada ocorreu. Pelo processo de consultas aos povos e comunidades realizadas entre 2018 e 2019, elencou-se luzes e sombras presentes na região amazônica. Os temas foram sintetizados e refletido no Instrumentum Laboris (IL) do Sínodo e estarão em pauta no evento que reunirá bispos, indígenas e especialistas das temáticas. Fruto de uma larga consulta, o “instrumento de trabalho” tem como função mostrar os diversos aspectos do problema que se quer tratar, suas nuances, o modo como isso afeta a vida da Igreja e da sociedade envolvente.

Na sua introdução, o documento preparatório adverte e questiona sobre a missão da Igreja hoje e sua atuação para a “construção de um mundo capaz de romper com as estruturas que sacrificam a vida e com as mentalidades de colonização para construir redes de solidariedade e interculturalidade”. Em sua visita a Puerto Maldonado, o Papa Francisco pediu que se transforme o paradigma histórico em que os Estados veem a Amazônia como despensa de recursos naturais “sem ter em conta os seus habitantes” (LP 5 e Fr.PM) e sem se preocupar com a destruição da natureza.

O que é o Sínodo?

O termo é composto pelo prefixo “syn” (junto com/junto de/junto a) e pelo substantivo “hodós” (caminho). O verbo grego *synodéo* significa “fazer um caminho com alguém”. A sinodalidade é um método onde a Igreja escuta o povo. “Sínodo é caminhar junto”, define Dom Roque, presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

O papa Francisco convocou o Sínodo no dia 15 de outubro de 2017 com o tema *Novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia*

integral, voltando os olhos para a Pan-Amazônia. A convocatória do pontífice intensificou, através do processo sinodal, a escuta e o diálogo com os povos da Amazônia, os primeiros interlocutores do Sínodo. Assim, no mês de outubro deste ano, dois anos depois da convocação, um colegiado de 114 bispos, 55 auditores leigos, que trabalham na região ou com temáticas ligadas ao Sínodo, 40 mulheres representantes de comunidades, além do grupo da secretaria, se reuniram para o desafio

de navegar em águas mais profundas por uma Igreja sinodal.

O Sínodo é compreendido como um processo articulado em três fases: **a fase preparatória**, em que se realiza a consulta dos interlocutores que vivem nas realidades envolvidas; **a fase celebrativa**, caracterizada pela reunião dos bispos em assembleia e a **fase de atuação**, em que as conclusões do Sínodo aprovadas pelo Bispo de Roma, o Papa, são acolhidas pelas Igrejas em suas localidades.



Baixe em seu aparelho celular ou tablet um leitor de QR Code e acesse todas as notícias, albuns de fotos e vídeos especiais produzidos pela Assessoria de Comunicação do Cimi em Roma, durante o Sínodo da Amazônia.

Fotos: Guilherme Cavalli/Cimi



A barca, os remos e a rede simbolizaram a necessidade da Igreja navegar para águas mais profundas, um dos motes do Sínodo



O papa Francisco caminhou e se manteve muito próximo dos participantes do Sínodo durante todos os dias do encontro

“Pelo contrário, o fogo devorador alastra quando se quer fazer triunfar apenas as próprias ideias, formar o próprio grupo, queimar as diferenças para homogeneizar tudo e todos”

Papa Francisco

O documento preparatório do Sínodo antecipa o debate sobre os interesses econômicos que exploram a Amazônia sob um paradigma desenvolvimentista “asfixiante, sem mãe, com sua obsessão pelo consumo e seus ídolos de dinheiro e poder” (IL 5). O IL cita no texto a exploração de petróleo, o gás, a madeira, o ouro e a construção de obras de infraestrutura, como megaprojetos hidrelétricos, rodoviárias interoceânicas e monoculturas agroindustriais (cf. Fr.PM).

Missa de Abertura: grito contra os neocolonialismos

Na missa de abertura, papa Francisco chamou atenção para os incêndios ocorridos na Pan-Amazônica, caracterizando como atitude totalitária de um contexto pautado pelo alerta contra a “ganância de novos colonialismos”. “O fogo ateadado por interesses que destroem, como o que devastou recentemente a Amazônia, não é o do Evangelho”, pontuou o papa. “O fogo de Deus é calor que atrai e congrega em unidade. Alimenta-se com partilha, não com os lucros”, disse.

Para a irmã Laura Vicuña Pereira Manso, da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas e do Cimi Regional Rondônia, “o Sínodo da Amazônia é um momento de graça, um verdadeiro kairós em que os povos indígenas, a Amazônia e a casa comum são colocados no coração da igreja”. A missionária lembra da responsabilidade em ser Igreja na Amazônia. “É preciso não deixar cair a profecia para que sejamos interlocutores e interlocutoras da Boa Nova do Reino de Deus e do Bem Viver”, acrescentou.

O Sínodo da Amazônia está inserido no papado de Francisco e na história da Igreja, somando-se a um conjunto de ações do pontífice que olham para Casa Comum com preocupação inédita. O nome escolhido pelo cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio, quando por ele a fumaça branca levantou-se aos céus, em 2013, já evocava o caminho do Santo de Assis, padroeiro da ecologia, a ser corroborado pelo papa que substituiria Bento XVI, que renunciou após escândalos ligados ao Banco do Vaticano. Pelos Franciscanos e todos os mártires, o Sínodo sustenta-se na missão Evangélica da Igreja e se propõe a buscar “novos caminhos para uma Igreja profética na Amazônia” (IL 147), com o desejo de “aproximação à realidade e à expectativa regional de uma “cultura do encontro” (EG 220)”.

A Pan-Amazônia, com o Sínodo, deve indicar caminhos para pensar transições que permitam a humanidade repensar sua relação com a Mãe Terra, entre si e com o futuro. “A Amazônia, uma região com rica biodiversidade, é multiétnica, pluricultural e plurireligiosa, um espelho de toda a humanidade que, em defesa da vida, exige mudanças estruturais e pessoais de todos os seres humanos, dos Estados e da Igreja” (IL Preâmbulo).



Celebração na Basílica de São Pedro durante a abertura do Sínodo da Amazônia

“Proteger os povos indígenas e seus territórios é uma exigência ética fundamental e um compromisso básico dos direitos humanos. Para a Igreja, esse compromisso é um imperativo moral coerente com o enfoque da “ecologia integral” de Laudato si’” (cf. LS, cap. IV). (IL 5).

DOM ROQUE PALOSCHI:

“Que o Sínodo não falhe na opção do zelo com os pobres e no cuidado com a terra”

No terceiro dia do Sínodo, o presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e arcebispo de Porto Velho (RO), dom Roque Paloschi, concedeu entrevista ao jornalista Silvonei Protz, do VaticanNews.

Dom Roque falou que a metodologia de trabalho usada – conferências, silêncio e oração – favorece a escuta do Espírito Santo pelos padres sinodais. “Estamos escutando a nós. Depois de quatro intervenções, fazemos quatro minutos de silêncio para escutar a voz de Deus. É preciso que o Espírito Santo sopre com força para que nos ajude a ter serenidade e convicção de que é um momento histórico, um Kairós, onde o protagonista é o Espírito Santo e nós precisamos ser instrumentos neste caminho”.

O presidente do Cimi ressaltou também a necessidade de escutar os gritos manifestados no processo de escuta sinodal do qual participaram, seguindo suas informações, 87 mil pessoas nos nove países que integram a Região Pan-Amazônica.

O arcebispo de Porto Velho (RO) também manifestou contentamento pela postura do papa Francisco. “É uma alegria também sentir a preocupação do coração do Santo Padre com os povos originários”, disse. Dom Roque ressaltou a ternura



“A escuta aos gritos dos povos originários é um dos pontos sensíveis do instrumento de trabalho do Sínodo”

de Francisco em ouvir de forma personalizada cada um. “Ele simplesmente ouve com atenção a cada um. Fez o discurso inicial e está ouvindo a todo mundo”, destacou.

Na avaliação do religioso, o Sínodo oferece a tônica de um compromisso de irmãos e irmãs na perspectiva de caminhar juntos, onde não há quem ensina e quem aprende: todos ensinam, escutam e aprendem. O arcebispo disse que levou ao encontro dos padres sinodais a esperança dos pobres que depositam na Igreja uma grande confiança e expectativa para que o Sínodo não falhe na opção do zelo e do cuidado com os pobres da terra e com a própria terra.

Recordando as palavras do Papa Francisco em Puerto Maldonado, no Peru, quando lançou oficialmente o Sínodo, em janeiro de 2018, junto aos povos indígenas, dom Roque disse que é necessário “romper com o paradigma histórico que vê a Amazônia como uma despensa inesgotável dos Estados sem levar em conta seus habitantes”. Muitas ameaças, como afirmou o papa, estão impactando negativamente a vida dos povos originários. “A Igreja precisa fazer e por mais que faça, fará pouco pelo bem, pela vida e pela esperança dos povos originários e amazônicos”, concluiu.

SÍNODO PARA A AMAZÔNIA

Leva à prática encíclica *Laudato Si*.

O Papa Francisco traz na encíclica *Laudato Si* (LS) a preocupação com a “Casa Comum”. Indígenas e comunidade tradicionais têm no centro de sua vida o “território” e o “Bem Viver”. Com similar conotação, descrevem a responsabilidade com o planeta e convidam para a superação da lógica que se firma na “globalização da indiferença”, intensificada pelo livre mercado e resultante numa “falsa, vaga e ingênua inclusão social” (cf. EG 54).

O Sínodo da Amazônia “torna prático” o documento papal a partir da vida dos povos, afirma a antropóloga Moema Miranda, secretária da rede Igreja e Mineração. O que pontua a leiga franciscana memora o passo dado pela Igreja com o Concílio Vaticano II, de uma fé que se

compromete com a promoção humana. O Sínodo, além da missão pastoral da Igreja, e tendo como base a Doutrina Social, faz presente o debate sobre ecologia, política, direitos humanos e da Terra. “Nem só a salvação da alma, mas uma Igreja defensora das possibilidades de vida no planeta”, pontuou a antropóloga.

Em entrevista à Rádio Vaticano, Moema, também assessora da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam), evocou a urgente necessidade de um câmbio de mentalidade para que “não se veja o Planeta como uma máquina, um relógio sem vida”. Seguiu: “quando os homens foram para a lua, um olhar de fora, nos fez perceber que somos todos um – humos e humanos sem separação. Se destruímos as possibilidades de vida no planeta, torna-se o impossível a existência humana”, comentou Moema. “O antagonismo em cuidar da natureza não está entre uma vida de qualidade ou a sustentabilidade da floresta. O antagonismo está entre a ilimitada acumulação e a vida do planeta”, chamou a atenção a antropóloga ao propor um modelo de vida que repense o consumo.

Em crítica ao realismo materialista, Moema recordou a relação etimológica entre economia e ecologia. “Não nos damos conta que economia não é antagonista à ecologia. É o *logos* e o *eco* – saber sobre a casa – que deveria orientar o *nomos*, que indica a administração da casa”, lembrou ao trazer presente a etimologia das palavras *economia* e *ecologia* e relacionar com princípios de sabedoria e cuidado.

“Quando o papa Francisco esteve em Porto Maldonado afirmou que a Amazônia é uma terra disputada. Por um lado temos os povos indígenas que aprenderam a viver em comunidade com a floresta, enriquecendo e valorizando a floresta. Junto a eles temos outros povos que foram ganhando raiz na Amazônia – quilombolas, ribeirinhos, extrativistas”, pontua a antropóloga. “Do outro lado temos o que papa Francisco chamou de avidez do grande capital. E o papa nomeou: são as as petroleiras, a mineração, as madeireiras, o agronegócio”, lembra Moema. “Papa Francisco chama de avidez essa coisa insaciável. Qual é o limite para o consumo?”, questiona.

“O capitalismo transforma tudo em mercadoria. Um exemplo é a mineração, que não parte da necessidade real da vida das pessoas. Ela está conectada com o ciclo financeiro que obriga a extrair mais do que precisa”, exemplifica.

Alternativas que surgem das periferias

Nos debates ocorrentes nos eventos simultâneos ao Sínodo, indígenas, ribeirinhos, seringueiros e comunidades tradicionais na Amazônia apresentam à sociedade global alternativas de desenvolvimento que leve em conta “a integralidade da Terra”, como lembra a indígena Anitalia Pijachi, do povo Okaina – Oitoto de Letícia, Colômbia. “Trazemos alternativas de desenvolver e cuidar da mãe terra, sem colocar abaixo as florestas. Temos muito a ensinar à sociedade.



Leigos e leigas, bispos, cardeais e padres em cerimônia de reafirmação do Pacto das Catacumbas, que renova o compromisso da Igreja com os pobres



A antropóloga Moema Miranda, à esquerda, e Victoria Tauli-Corpuz, da ONU, durante coletiva de imprensa do Sínodo



Religiosos e leigos, indígenas e lideranças de comunidades tradicionais durante caminhada ao lado de Francisco, no Vaticano

DOM ERWIN KRÄUTLER: “Sustentamos a opção pelos pobres. Se calarmos, as pedras falarão”

O Sínodo da Amazônia tem extrapolado o campo religioso e trazido, além do tema pastoral, os eixos cultural, ecológica e social. E isso mostra a capilaridade e o profetismo da Igreja, segundo Erwin Kräutler. Durante coletiva de imprensa, o bispo emérito do Xingu (PA) percorreu um longo percurso intelectual a partir de Aristóteles, passando pelo celibato, povos indígenas chegando às novas tecnologias, sempre com um humor que lhe é peculiar e conhecido.

“Dizem que sou político, mas eu rezo muito. Rezo e me empenho em favor do meu povo. Quer ver meu terço?”, perguntou em sorrisos o religioso que é membro do Conselho Sinodal para a Amazônia. “As dimensões do ser humano não estão em gavetas, separadas”, ponderou o bispo ao referir-se que “fé e justiça social” andam juntas.

Em grego, o bispo austríaco naturalizado brasileiro citou “A Política” de Aristóteles para direcionar sua conclusão: “somos políticos até quando nos calam”, pontuou aos jornalistas presentes na sala Stampa, no Vaticano. “Nascemos políticos, mas a política que fazemos não é a partidária. É a política que emana do Evangelho. Jesus era homem político”, ressaltou. “Eu me empenho a favor do meu povo. Estou vendo mulheres chorando, crianças abandonadas, homens que não sabem como será o futuro”, ressaltou ao sustentar que fé e obra são dimensões conjuntas.

“Nós, enquanto Igreja, conhecemos muito mais a realidade do que os políticos que estão em Brasília ou em qualquer outro canto”, advertiu ao falar sobre a capilaridade da Igreja como instrumento para a defesa dos direitos. “Somos nós que estamos sempre no chão concreto desses acontecimentos e é por isso que a Igreja tem que falar, que denunciar”, sustentou ao responder sobre a importância da atuação junto às comunidades tradicionais.

“Lembro do Conselho Indigenista Missionário, um exemplo de trabalho da Igreja para assegurar os direitos indígenas na



“A igreja sempre foi política. Agora precisamos entender o que significa política: é a arte do bem comum”

Constituição Federal do Brasil”, contestou ao ser questionado sobre o que fez a Igreja para a defesa das populações indígenas. Dom Erwin anotou que os tempos vividos pelos povos no Brasil e na América Latina exigem ainda mais presença e cuidado. “Agora existe uma forte campanha anti-indígena no Brasil do governo federal”.

Ao trazer a realidade brasileira para a mesa, Kräutler lembrou do “dia do fogo”. Entre os dias 10 e 11 de agosto, conforme denúncia do Ministério Público Federal (MPF) com investigação da Polícia Federal, o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Novo Progresso, Agamenon Menezes, organizou uma ação e incendiou dezenas de hectares de floresta amazônica do Pará. “O mundo inteiro viu o fogo

ateado criminosamente em nossa Amazônia. Contudo, agora ninguém mais fala das consequências. O Sínodo tem a função de continuar dando visibilidade”, lembrou.

O instrumento de trabalho do Sínodo, sublinhou o bispo emérito, trata das “ameaças pelos grandes interesses econômicos que se alastram sobre diferentes regiões do território” como propulsores de uma economia de morte, que promove a “intensificação do desmatamento indiscriminado na selva, a contaminação dos rios”. Dom Erwin, na coletiva, ressaltou que para os agentes dessa economia de morte “os indígenas são vistos como o estorvo, como um impedimento para o tal progresso. Os indígenas têm a sua própria cultura, sua maneira de ser e a Igreja faz a opção pelos pobres, mas também pelos outros, pelos diferentes. Essa opção nós sustentamos”.

Para Kräutler, a Igreja em Saída proposta por Francisco se faz missão e coloca em evidência os desafios da Amazônia e a presença da Igreja nesses territórios, reafirmando a opção preferencial pelos pobres. “A Igreja está cada vez mais convicta que deve se colocar ao lado dos pobres e em defesa de suas vidas. Estar ao lado, caminhar junto, não os ter como objeto de caridade”.

Dom Erwin citou o Concílio Vaticano II, com o documento *Gaudium et Spes*, para trazer a opção da Igreja de caminhar junto aos povos. “E se a Igreja não denunciar, quem falará serão as pedras”, sustentou o bispo ao responder a jornalista francês quando questionado sobre o Sínodo “debater temas de que vão além dos eclesiais”. O que pontuou Dom Erwin também diz respeito aos ataques recebidos por bispos e membros do Sínodo da Amazônia, acusados pelas alas conservadoras da Igreja e da direita partidária. Setores fundamentalistas da Igreja Católica chegaram a roubar um símbolo indígena e atirá-lo no rio Tibre. O ato criminoso foi filmado e disseminado na internet.



Religiosos e leigos, indígenas e lideranças de comunidades tradicionais durante caminhada ao lado de Francisco, no Vaticano



A Cidade do Vaticano foi tomada pelos participantes do Sínodo da Amazônia com místicas e caminhadas quase diárias

Isso por que nós da Amazônia sentimos a dor, sobretudo nos, mulheres, sentimos porque nós damos a vida”, lembra a indígena.

“Hoje estamos mostrando, mesmo depois de muita violência sofrida, que é possível outro tipo de relação com a terra e com os povos indígenas”, assegura Anitalia Pijachi ao lembrar de papa Francisco e da Laudato Si, encíclica sobre o cuidado com a Casa Comum. “Francisco tem o coração doce, como quem tem mãe e avó, e que por isso sente a dor da Amazônia”, atestou.

“Mostramos caminhos porque quando atropelam a água sentimos no ventre materno. Quando envenenam a terra sentimos na pele. A Terra é o rosto da mulher amazônica”. Pijachi faz parte da delegação colombiana que conta com 21 membros na Assembleia Sinodal. “Como mulher amazônica, como mãe, como filha e neta eu falo em meio de mais de 180 que estão nesse Sínodo. Contudo, eu venho pelos meus avós e avós, porque sei de onde venho. Nosso conhecimento não é vazio, tem história e com os ancestrais apontamos caminhos”.

A indígena lembra que a “ecologia integral” se sustenta em entender o território como vida que dá indicativos para a existência. “Nosso governo é próprio e se sustenta em como viver com nossos territórios, como me relacionar com o ar e vento, com a terra, com as sementes, com os animais. E sabemos o que não tocar. É relação de respeito”.

A metodologia do Sínodo parte da realidade. Cerca de 87 mil pessoas, entre indígenas indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras e demais comunidades amazônicas, foram consultadas para a que Igreja refletisse quais caminhos seguir. Por meio de assembleias locais ocorridas na fase preparatória do Sínodo, o processo sinodal trabalhou para ouvir os clamores, as lutas e resistências dos povos da Amazônia. “Hoje somos ouvidos e trazemos alternativas ao mundo. Nosso modo de relacionar não torna a terra como um objeto de negócio, mas como uma mãe que dá a sustentabilidade”, lembrou Ernestina Makuxi, de Roraima.

Monocultura: novo colonialismo

“A visão colonialista impede de ver a Amazônia de outra maneira. Plantar soja e cana de açúcar é uma visão colonialista”, assegurou o procurador da República, Felício Pontes. “É visão totalitária que transforma a floresta com maior sociobiodiversidade do planeta em uma monocultura”.

Como alternativa, propõe a reflexão que se pautar no valor econômico da floresta em pé. “O açaí e as castanhas são produtos que só existem na Amazônia. Podem ser trocados e mais lucrativos que commodities como soja e cana de açúcar. É possível respeitar a floresta e fazer dela uma fonte de renda”, garante Felício. O procurador lembrou ainda que, segundo estudos realizados em Belém, capital do Pará, são descobertas 15 novas espécies por dia na Floresta Amazônica. “Essa região do mundo é o maior banco genético e ali poderia estar a cura para doenças hoje incuráveis. Os povos da floresta são guardiões desse banco genético”.

“Nos processos judiciais que trabalho fica claro que há uma disputa na Amazônia por dois modelos de desenvolvimento: um modelo predatório e outro socioambiental. No predatório, sempre há uma empresa madeireira, pecuarista, monocultura ou de energia e mineração”, lembrou o procurador. “Do outro lado, podemos notar um modelo de desenvolvimento da Amazônia concebido pelos povos da floresta”.

Para o paraense, o Sínodo poderá levar a uma mudança de pensamento que permita “passar de uma sociedade colonialista a pluralista, que respeite o modo de vida de todos aqueles que vivem na floresta e distancie a doutrina integracionista das vidas dos povos originários”.

Documento final do Sínodo reserva capítulo sobre as lutas por território dos povos amazônicos

Os gritos e cantos que ecoam da floresta e que clamam por respeito aos territórios, suas culturas e espiritualidades marcam o documento final do Sínodo da Amazônia, ocorrido durante o mês de outubro na Cidade do Vaticano, em Roma. Resultado da construção coletiva, a carta é fruto de 20 dias de reflexões e o no terceiro capítulo traz a luta dos povos da amazônicos por seus territórios.

Escrito por cardeais, padres, religiosos e religiosos, bispos, leigos e leigas, entre eles representantes indígenas, ribeirinhos, quilombolas e demais populações tradicionais, a declaração reafirma o compromisso da Igreja com os povos da Pan-Amazônia, rejeitando “uma evangelização ao estilo colonial que impõe certos modos de vida de alguns povos sobre outros” (cf. 55). Entregue ao papa no último dia do Sínodo, 27 de outubro, o documento servirá de base para a futura exortação de Francisco ao mundo.

A violência sofrida por indígenas dos nove países que compõem a Pan-Amazônia é ressaltada no documento como consequência de políticas que desejam ampliar as fronteiras do agronegócio, mineração e megaprojetos de infraestrutura que exercem pressão sobre os territórios ancestrais (cf. 69). “Boa parte dos territórios indígenas está desprotegida e os já demarcados estão sendo invadidos por frentes extrativistas como mineração e extração florestal, por grandes projetos de infraestrutura, por cultivos ilícitos e por grandes propriedades que promovem a monocultura e a pecuária extensiva”, frisa o texto.

O Conselho Sinodal entende que a ganância por terra é o centro das violações às comunidades da Amazônia, sendo a “raiz dos conflitos que levam ao etnocídio, ao assassinato e à criminalização dos movimentos sociais e de suas lideranças” (45). A vida das comunidades desta região, segundo o documento, “está ameaçada pela destruição, pela exploração ambiental e pela violação sistemática de seus direitos territoriais”.

A Igreja reunida em Roma cobra dos governos o respeito aos territórios, sua demarcação e proteção afirmando ser “obrigação dos Estados nacionais” a efetivação dos direitos territoriais. O texto entende os direitos “à autodeterminação, à demarcação dos territórios e à consulta prévia, livre e informada” como condições a serem respeitadas e promovidas pelas Igrejas locais. “Esses povos têm condições sociais, culturais e econômicas que os distinguem de outros setores da comunidade nacional e que são regidos total ou parcialmente por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial”, assegura ao mencionar a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Indígenas livres: “os mais vulneráveis dos vulneráveis”

A existência de aproximadamente 130 povos na Pan-Amazônia que não mantêm contato sistemático com a sociedade foi lembrada no documento como situação de “urgência e responsabilidade”. O texto resalta as violências que ameaçam o modelo de vida dessas populações e a “invasão de seus territórios a partir de diferentes frentes e por sua baixa demografia, deixando-os expostos à lim-

peza étnica e ao desaparecimento”, conforme o tópico 49.

“Os abusos e as violações sistemáticas do passado provocaram a sua migração para lugares mais inacessíveis, procurando proteger e preservar a sua autonomia e optando por limitar ou evitar as suas relações com terceiros”, assegura. O Sínodo chama as Igrejas locais, suas pastorais e o povo de Deus para a responsabilidade que gera ações específicas “na defesa dos direitos indígenas através da garantia legal e inviolável dos territórios que tradicionalmente ocupam”. O documento clama às Igrejas a estabelecerem mecanismos de cooperação bilateral entre Estados quando a presença de povos isolados ocorra em territórios transfronteiriços, que estejam em dois países. A atuação deve se dar para que os povos em situação de isolamento voluntário tenham “respeito pela sua autodeterminação e pela sua livre escolha sobre o tipo de relações que querem estabelecer com outros grupos”, assegura o documento no tópico 50.

A Igreja e a caminhada com os povos

“O Sínodo é filho do Concílio Vaticano II”. A expressão seguida por participantes do processo sinodal, recorrente nas entrevistas e nos encontros ocorridos no Vaticano, aponta a herança da assembleia convocada pelo papa João XXIII, em 1962. A memória que recorre há 57 anos edifica o Sínodo da Amazônia a partir das realidades, tendo como opção preferencial sobretudo para os pobres e de todos aqueles que sofrem, como também indicou a *Gaudium Et Spes*, texto conciliar sobre a Igreja no Mundo Atual. Ao olhar as realidades, o Sínodo da Amazônia aponta para uma Igreja “presente e aliada dos povos nos seus territórios”.

Inserido no papado de Francisco e na história da Igreja, o Sínodo da Amazônia se soma a um conjunto de ações do pontífice que olham para o cuidado da Casa Comum. Na Encíclica Laudato Si, Jorge Mario Bergoglio ecoa a opção franciscana e o clamor por uma ecologia integral que exige “uma conversão pessoal, social e ecológica (cf. LS 210 em IL 9)”. “Proteger os povos indígenas e seus territórios é uma exigência ética fundamental e um compromisso básico dos direitos humanos. Para a Igreja, esse compromisso é um imperativo moral coerente com o enfoque da ‘ecologia integral’ de Laudato si’, já pontuava o documento publicado em 2015. (cf. LS, cap. IV)”

Em 2018, em Puerto Maldonado, durante encontro com indígenas da América Latina, Francisco escutou questões de importância crucial que afetam a vida dos povos nativos. “Provavelmente, nunca os povos originários amazônicos estiveram tão ameaçados nos seus territórios como o estão agora”, lamentou Francisco.

“A Amazônia é uma terra disputada em várias frentes: por um lado, a nova ideologia extrativa e a forte pressão de grandes interesses econômicos cuja avidez se centra no petróleo, gás, madeira, ouro e monoculturas agroindustriais; por outro, a ameaça contra os vossos territórios vem da perversão de certas políticas que promovem a ‘conservação’ da natureza sem ter em conta o ser humano”, completou.

Guarani Kaiowá relatam caso de tortura durante ataques a retomadas em Dourados

Por **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação - Cimi

Os ataques às retomadas Guarani Kaiowá localizadas nas áreas limítrofes à Reserva Indígena de Dourados, no Mato Grosso do Sul, se intensificaram no início do mês. Na manhã do dia 5 de novembro, as retomadas Ñu Vera Guasu e Aratikuty foram atacadas, deixando um indígena ferido na primeira e barracos destruídos na segunda. No sábado (2) à noite, a retomada Avae'te também havia sido atacada a tiros, sem feridos.

Em outubro, na mesma retomada, a ocorrência de uma situação ainda mais grave é denunciada pelos Guarani Kaiowá: um jovem indígena de 21 anos foi baleado, mantido refém e torturado por seguranças privados – e depois, ainda foi detido pela polícia.

A situação se soma a uma série de outros ataques que vêm ocorrendo na região desde o final do ano passado e se intensificaram nos últimos meses. O método das investidas se repete: um grupo de seguranças atira contra as casas e as pessoas, utilizando projéteis de borracha e munição real, normalmente à noite ou de madrugada.

Além disso, um elemento incomum tem chamado atenção nos ataques: o uso de um trator blindado, ao qual os indígenas se referem como “caveirão”. O veículo agrícola teve chapas de metal acopladas a ele e tem sido utilizado pelos agressores para atacar os indígenas, inclusive para atropelar pessoas.

A identidade dos indígenas entrevistados na reportagem será preservada por motivo de segurança.

Baleado, torturado e preso

A situação mais grave destes últimos ataques às retomadas Guarani Kaiowá ocorreu no dia 12 de outubro, um feriado. Segundo os indígenas, durante um ataque à retomada Avae'te na manhã daquele dia, um jovem de 21 anos foi baleado na perna esquerda ao tentar fugir.

Em seguida, ele foi capturado e levado, dentro do “caveirão”, para uma área da fazenda próxima à retomada, onde teria sido torturado. As agressões ocorreram à vista de todos os indígenas.

“Disseram que ele ameaçou os pistoleiros, mas ele foi atacado primeiro. Amarraram ele na caixa d’água, na nossa frente, e ficavam batendo nele. Diziam: ‘vem pegar o amigo de vocês’, e batiam nele. Ele tremia e gritava. Quando vimos, ele estava desmaiado”, relata uma Guarani Kaiowá.

Outro Guarani Kaiowá que presenciou a cena afirma que, antes de ser carregado, o indígena também teria sido agredido com a pá do trator blindado.

“Quando ele tava no chão, os jagunços prensaram ele com a pá do trator. Depois, jogaram ele no caveirão e levaram embora”, recorda.

Os indígenas se revoltaram com a situação e, na tarde do mesmo dia, a Polícia Militar de Dourados foi acionada para conter o conflito. Segundo o relato dos Guarani Kaiowá, contudo, os policiais direcionaram toda a sua força apenas contra os indígenas.

Imagens feitas por eles mostram diversas granadas de efeito moral e cápsulas de bombas de gás lacrimogênio espalhadas pelo chão, inclusive na aldeia Bororó, que fica no interior da Reserva.

“A PM era para estar ajudando a acalmar os dois lados, mas eles são a favor dos fazendeiros”, critica uma testemunha Kaiowá.

Depois de ferido e agredido de forma extrema, o indígena baleado foi detido pela Polícia Militar, sob as acusações de ameaça e invasão de estabelecimento, e conduzido até a delegacia. A denúncia contra ele baseia-se no relato de seguranças privados envolvidos no conflito e policiais militares envolvidos na ação.



Indígenas denunciam incêndio na Casa de Reza dos Guarani Kaiowá, em julho de 2019, em área tradicional contígua à Reserva de Dourados



Guarani Kaiowá manifestam-se durante visita à TI Guyraroka: situação do povo atingiu o público e as autoridades internacionais

Em função dos ferimentos, o indígena foi encaminhado da delegacia para o Hospital da Vida, em Dourados, onde permaneceu sob escolta. Dez dias depois, teve a liberdade provisória concedida pela Justiça.

No processo contra o jovem indígena consta que cinco dias após o ataque, no dia 17 de outubro, ele ainda se encontrava internado no Hospital da Vida, “em uma maca no corredor com a perna em tração” – mais um indicativo da gravidade dos seus ferimentos.

Durante a ação policial, uma indígena da aldeia Bororó também foi detida, junto com seu sobrinho de 12 anos. Segundo os Guarani Kaiowá, ambos foram retirados de dentro de sua casa pelos policiais.

Ataques a Ñu Vera Guasu e Aratikuty

Os ataques às retomadas de Ñu Vera Guasu e Aratikuty aconteceram no início da madrugada do dia 5 de novembro. No tekoha Ñu Vera, um indígena foi ferido por balas de borracha no tórax, no ombro e na cabeça.

“Os jagunços pegaram ele dormindo no barraco, e o trator blindado veio junto e quase passou por cima. Ele tentou correr, mas os jagunços pegaram, atiraram bala de borracha. Deram uns dez, doze tiros nele”, conta um Guarani Kaiowá da retomada.

Depois, o grupo de agressores seguiu até o tekoha Aratikuty, onde um barraco foi queimado e outros foram derrubados. Durante o ataque, os agressores ainda aterraram um poço que os indígenas utilizavam para beber água.

“Teve tiro de borracha e também de bala de metal, mas não acertou ninguém. Tudo isso de madrugada, em torno de uma hora até as duas e meia da manhã”, relatou o indígena.

Avae'te: ataque noturno

Na noite do dia 2 de novembro, em torno das 23 horas, a retomada Avae'te também foi alvo de um novo ataque. Ninguém foi atingido pelos disparos, mas os indígenas relatam momentos de terror.

“Os pistoleiros atiraram nos barracos e nas pessoas. Ninguém viu direito, mas chegaram atirando. O pessoal fugiu, porque não tinha como ver e nem como se proteger, era escuro”, conta uma indígena moradora do tekoha.

“O capanga dos fazendeiros estava atirando para todo lado”, relembra a indígena. “Não querem saber se vai acertar alguém, uma criança, nada”.

Confinamento e crise humanitária

Ñu Vera Guasu, Avae'te e Aratikuty são algumas das retomadas feitas pelos Guarani Kaiowá nas áreas que fazem limite com as aldeias Bororó e Jaguapiru, estas localizadas no interior na Reserva Indígena de Dourados.

Cerca de 18 mil indígenas dos povos Terena, Guarani Kaiowá vivem nos 3.475 hectares da Reserva. O contexto de confinamento potencializa situações de conflito e violência, inclusive cultural, como no recente caso da queima de uma casa de reza Guarani Kaiowá.

A falta de espaço para a reprodução física e cultural faz com que os indígenas busquem retomar partes de seu território tradicional fora do perímetro da Reserva, ocupadas por fazendas e sítios. Os Guarani Kaiowá reivindicam que algumas destas áreas retomadas, inclusive, pertencem à Reserva, mas foram invadidas e griladas por não indígenas.

“A gente escuta tudo”, afirma um indígena morador da aldeia Bororó, dentro da Reserva, a respeito dos ataques às retomadas. “Quase todas as noites e de manhã cedo, escutamos tiros, foguetes. Está nessa faz uns dois meses”.

Após os ataques desta semana, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) afirmou que “esse é mais um caso que exemplifica na prática as violências sofridas pelos povos indígenas no Brasil, que vem se intensificando com o discurso de ódio contra os indígenas”.

“A situação é caótica, em decorrência do desmantelo do aparato de proteção estatal aos povos indígenas”, avalia Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário – Cimi. “Há várias tragédias anunciadas hoje no Brasil. A última aconteceu no Maranhão, com o assassinato de Paulo Paulino Guajajara, e outras podem acontecer a qualquer momento, inclusive em Dourados. O Cimi está preocupado e clama por medidas urgentes ao governo e às instituições do Estado brasileiro”.

Justiça Federal mantém demarcação das Terras Indígenas Jaguari e Nãnde Ru Marangatu, do povo Guarani Kaiowá

Foto: Egon Heck/Cimi

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação - Cimi

Duas decisões da Justiça Federal em Mato Grosso do Sul a favor da demarcação de terras do povo Guarani Kaiowá vêm sendo manipuladas pela elite agrária do estado como se fossem derrotas dos indígenas. Uma das terras é Nãnde Ru Marangatu, que chegou ao último estágio do processo de demarcação em 2005, após 30 anos de luta dos Guarani Kaiowá, mas estava barrada por processos judiciais de fazendeiros há mais de 20 anos, que pediam a anulação da demarcação.

A ação envolvendo Nãnde Ru Marangatu trata de um pedido de nulidade do processo administrativo de demarcação interposta por fazendeiros em desfavor dos Guarani Kaiowá, Fundação Nacional do Índio (Funai) e União, não concedido pela juíza Caroline Scofield Amaral. A segunda decisão nega um pedido de reintegração de posse sobre área da Terra Indígena (TI) Jaguari, homologada desde 2012.

No despacho, a juíza afirma que o processo de demarcação de Nãnde Ru é válido, mas, contraditoriamente, reitera o domínio de fazendeiros sobre a área alvo da ação, cobra indenização a eles por danos morais e materiais e determina a retirada dos indígenas pela Funai depois que o processo transitar na última instância.

“A juíza legitimou o domínio dos fazendeiros na área. Em contraponto, ela validou o processo administrativo de demarcação feita pela Funai com base no Decreto 1775/96. Então, se ela validou a demarcação, por força do parágrafo 6 do artigo 231 da Constituição Federal, ela anulou os títulos, o domínio e a posse”, explica o advogado do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Mato Grosso do Sul, Anderson Santos.

A comunidade Guarani Kaiowá, representada pela Assessoria Jurídica do Cimi, entrou com recurso contra a decisão da magistrada. Segundo os embargos de declaração apresentados, “se o procedimento demarcatório é válido, logo a terra é de ocupação tradicional indígena, sendo consequência lógica a automática nulidade de todos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse da Terra Indígena”.

A sentença da Vara Federal de Ponta Porã extrapola ainda o objeto da ação. “Os fazendeiros não pediram a retirada dos indígenas, por exemplo. Eles pediram para anular o procedimento de demarcação com base na declaração do domínio. Ou seja, declarar o domínio invalidaria a demarcação, mas a demarcação sequer foi invalidada. Por que, então, essa determinação pela retirada dos indígenas?”, questiona o advogado do Cimi.

“No começo não entendemos bem, parecia que não era bom, mas depois percebemos que foi uma vitória porque não anulou a demarcação. Vamos recorrer ao que não está direito e seguir com a nossa luta”, diz Inaye Gomes Lopes Guarani Kaiowá. A indígena mora no tekoha – lugar onde se é – Nãnde Ru Marangatu e acompanhou de perto a luta do povo pela terra.

Duas décadas de tramitação

Os processos tramitam na Justiça Federal há mais de 20 anos. “Nós já esperávamos que não teríamos muitas chances na Justiça de Ponta Porã, mas ficamos felizes pela demarcação não ser anulada. Já é um avanço”, conta Inaye Guarani Kaiowá.

No despacho, a juíza afirma que o processo de demarcação de Nãnde Ru é válido, mas, contraditoriamente, reitera o domínio de fazendeiros sobre a área alvo da ação, cobra indenização a eles por danos morais e materiais e determina a retirada dos indígenas pela Funai depois que o processo transitar na última instância



Uma luta de décadas, com mortes e privações: Nãnde Ru Marangatu se tornou um dos principais símbolos da violação de direitos dos Guarani Kaiowá

Um dos momentos mais dramáticos dessa história recente de Nãnde Ru foi o assassinato de Simião Vilhalva, em 1º de setembro de 2015. Um mês antes, no início de agosto de 2015, os Guarani Kaiowá retomaram cinco fazendas incidentes na Terra Indígena homologada em 2005, dez anos antes, mas com os efeitos do decreto presidencial suspensos pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Entre as fazendas retomadas estava a Barra, de propriedade da família de Roseli Silva, entre outras vizinhas, caso da Fronteira. Roseli era presidente do Sindicato Rural de Antônio João.

Na manhã de sábado, 29 de agosto, a fazendeira convocou uma reunião na sede do sindicato.

Conforme noticiou o site Dourados News, Roseli abriu e fechou rapidamente a reunião e “se dirigiu a uma de suas propriedades rurais da região do distrito de Campestre” (29/08/2015). Cerca de 100 homens armados em 40 caminhonetes acompanharam Roseli para a fazenda Barra e Fronteira retomadas pelos Guarani Kaiowá.

Momentos depois uma nuvem de fumaça subiu na área retomada pelos Guarani Kaiowá: era o início do ataque. Na confusão gerada, os Guarani Kaiowá se dispersaram. Simião, no momento em que recebeu o tiro fatal na cabeça, estava às margens de um córrego, à procura de seu filho.

Por conta destes anos de retomadas, a juíza considerou que os indígenas causaram prejuízos aos proprietários rurais e condenou a União, a Funai e a comunidade indígena ao pagamento de indenização por danos morais de R\$ 150 mil para cada autor da ação, num total de 84 fazendeiros, e ao ressarcimento dos danos materiais.

União, Funai e comunidade Guarani Kaiowá podem recorrer da decisão às instâncias superiores. “Foram

“Diziam: ‘vem pegar o amigo de vocês’, e batiam nele. Ele tremia e gritava. Quando vimos, ele estava desmaiado”

retomadas dentro do território demarcado. Também não destruimos nada dos fazendeiros, da Roseli, e também não pegamos o gado deles, não”, explica Inaye Guarani Kaiowá. “E o Simião, quem vai ressarcir pra gente?”, questiona.

De qualquer maneira, a decisão judicial manteve a validade da demarcação da terra indígena, “pois se verificou que o processo administrativo de demarcação foi hígido, houve a sucumbência recíproca das partes”, conforme texto do comunicado emitido pela

Justiça Federal.

“Nosso Nãnde Ru é um dos tekoha tradicionais, dos antigos, tudo isso foi comprovado e concluído, mas o governo agiu com má-fé e essa gente foi entrando. O tekoha sempre foi nosso”, explica Inaye Guarani Kaiowá.

Jaguari

No caso da TI Jaguari, se tratou de uma ação de reintegração de posse proposta em 1992 pelos proprietários das Fazendas São Bento, Glebas II, V e X. Os fazendeiros alegam que o procedimento de demarcação “feriu os princípios do devido processo legal, contraditório e da ampla defesa, uma vez que não foram intimados a participarem do processo administrativo”.

“Conforme comprovado nos autos, a presença indígena na área do Jaguari é inconteste e antecede aos primórdios de 1600; em 1991, um grupo técnico, sob a direção do antropólogo Alceu Cutia Mariz, realizou estudos relativos à área indígena sub judice, tendo concluído se tratar de terra imemorial tradicional indígena”, diz trecho do comunicado sobre as decisões da Justiça Federal.

Como a demarcação de terra foi homologada pelo Decreto de 21/05/1992, obedecendo todos os trâmites legais, o ato administrativo, na decisão da juíza, preencheu todos os requisitos quanto à legalidade, não podendo ser declarado nulo. Sendo assim, o processo foi extinto sem resolução de mérito no tocante ao pedido possessório e, em relação aos demais pedidos, julgado improcedente. ♦

STJ reconhece resolução, decide por perícia em processo Kaingang, mas nega tradução e intérprete para o caso

Por **Renato Santana**, da Assessoria de Comunicação - Cimi

A 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu parcial provimento, em outubro, ao *habeas corpus* que pedia tradução do processo penal, intérprete e perícia antropológica na ação que corre na Justiça Federal de Erechim e acusa 19 Kaingang pela morte de dois agricultores durante conflito ocorrido em abril de 2014, no município de Faxinalzinho, Alto Uruguai (RS).

Por três votos a dois, os ministros decidiram assegurar a realização da perícia antropológica, após a sentença de pronúncia, para que o laudo contribua em eventual julgamento pelo Tribunal do Júri. Nesse quesito, acompanharam o voto do relator, ministro Rogério Schietti Cruz, a ministra Laurita Vaz e o ministro Sebastião Reis.

Já nos pedidos para intérprete e tradução do processo penal, os cinco ministros da 6ª Turma votaram contra, mesmo reconhecendo as diretrizes para a matéria oferecidas pela Resolução 287 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelos artigos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para os ministros, o conteúdo dos autos mostra que os Kanigang são fluentes na língua portuguesa.

A Assessoria Jurídica do Conselho indigenista Missionário (Cimi), autora do *habeas corpus* e defesa dos 19 Kaingang, irá recorrer da decisão junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Todos os indígenas respondem em liberdade. Cinco deles chegaram a ser presos sem qualquer evidência de participação e seguem inscritos, junto aos outros 14, nos crimes dos quais são acusados de forma genérica e sem individualização de condutas no processo penal. Os Kaingang acusados são das terras indígenas Votouro e Kandoia.

Durante 2014, o povo Kaingang realizou mobilizações pela regularização de seus territórios tradicionais, inclusive pedindo indenização aos agricultores com terras sobrepostas ao território indígena.

A prisão dos cinco Kaingang, em tal contexto, ocorreu durante uma mesa de diálogo sobre demarcações, em que o ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, por coincidência, cancelou a ida de última hora. Quem apareceu foi a Polícia Federal e as cinco lideranças foram levadas presas.



Criança Kaingang com seu pai em protesto por demarcação, na Capital Federal

Foto: Guilherme Cavalli/Cimi

Resolução 287 do CNJ

Antes de ingressar com o *habeas corpus* no STJ, a defesa dos Kaingang fez o mesmo pedido ao juiz da ação na Justiça Federal de Erechim, mas o magistrado indeferiu a solicitação. A defesa recorreu então ao Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, que manteve a decisão de primeira instância.

Conforme argumenta a defesa dos indígenas, a tradução do processo na língua Kaingang, um intérprete nas oitivas e perícia antropológica, realizado por um perito nomeado pelo próprio tribunal, são direitos referendados pela Constituição Federal, pela Convenção 169 e agora pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com a Resolução 287, publicada em 25 de junho de 2019.

A resolução estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário. A resolução determina ainda a observação a convenções internacionais.

De acordo com o artigo 5º “a autoridade judicial buscará garantir a presença de intérprete, preferencialmente membro da própria comunidade indígena, em todas as etapas do processo em que a pessoa indígena figure como parte”. Neste mesmo artigo, a resolução do CNJ diz que a presença do intérprete pode ocorrer mediante solicitação da defesa ou da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Já no artigo 6º, a resolução determina que “ao receber denúncia ou queixa em desfavor de pessoa indígena, a autoridade judicial poderá determinar, sempre que possível, de ofício ou a requerimento das partes, a realização de perícia antropológica, que fornecerá subsídios para o estabelecimento da responsabilidade da pessoa acusada”.

Neste laudo deve constar a qualificação, a etnia e a língua falada pela pessoa acusada; as circunstâncias pessoais, culturais, sociais e econômicas da pessoa acusada; os usos, os costumes e as tradições da comunidade indígena a qual se vincula; o entendimento da comunidade indígena em relação à conduta típica imputada, bem como os mecanismos próprios de julgamento e punição adotados para seus membros.

Amigos da corte

Após a negativa do TRF-4 ao direito dos indígenas à tradução, dez organizações de defesa dos direitos humanos, entre instituições da Colômbia, México, Peru e Estados Unidos, e clínicas de direitos humanos de universidades do Brasil e do Canadá, ingressaram no processo com pedido de *amicus curiae* (amigos da corte) ao STJ.

O relator da ação, ministro Rogério Schietti Cruz, não aceitou os ingressos, mas incorporou as petições respectivas ao processo legal.

O *amicus curiae* é um instrumento pelo qual instituições com conhecimento e atuação reconhecidas no tema em discussão pela corte podem participar de processos, produzindo subsídios e contribuindo para a qualificação da decisão a ser tomada pelo tribunal.

A Fundação para o Devido Processo Legal, uma das organizações que ingressaram com pedido de *amicus curiae*, se posicionou em nota afirmando que o Brasil “é um dos poucos países do continente no qual um juiz penal pode aferir, sem qualquer apoio em perícia antropológica ou linguística, o grau de compreensão do indígena sobre um determinado idioma”.

Atentando aos parâmetros do Direito Comparado e do Direito Internacional dos Direitos Humanos, as organizações apontam que a tradução, a interpretação e a perícia antropológica devem ser observadas desde a primeira etapa do processo penal para evitar que o devido processo legal e a ampla defesa sejam prejudicados. ♦

Assine o

PORANTIM



EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul

Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Sojeiros brasileiros na Bolívia compõem movimento político que derrubou Evo Morales

Por **Priscila Arroyo**, De Olho nos Ruralistas

A participação das Forças Armadas no golpe que impôs a renúncia de Evo Morales foi incisiva. A ponto de eclipsar o apoio histórico dos latifundiários ao grupo de opositores do líder boliviano. Entre esses proprietários de terra estão os brasileiros, que começaram a cultivar soja no começo da década de 90 no leste do país – região liderada pelo município de Santa Cruz de La Sierra, berço político do golpista Luis Fernando Camacho. Eles respondem por 35% da produção anual da oleaginosa na Bolívia, de 2,4 milhões de toneladas.

Os sojeiros participam ativamente das estratégias de entidades que defendem o interesse dos ruralistas na Bolívia, em oposição às políticas de Evo Morales e de seu partido, o Movimiento al Socialismo (MAS). “O leste foi historicamente um foco de resistência às políticas do Evo”, diz Tomaz Paoliello, professor de relações internacionais da Pontifícia Universidade Católica em São Paulo (PUC-SP). “Os representantes do campo que o apoiam são os pequenos produtores da região oeste, reunidos na cidade de Cochabamba e no seu entorno”.

Uma das principais frentes defendidas por Evo Morales – agora em exílio no México – foi a política de acesso à terra aos camponeses e o controle da exportação de alimentos, o que sempre foi visto pelos latifundiários como uma ameaça.

Por isso a queda do governo não surpreendeu Jose Guilherme Gomes dos Reis, paraense naturalizado boliviano que há quase três décadas administra 6,5 mil hectares de lavouras de soja na região de Santa Cruz de La Sierra, a mais rica do país. Em entrevista ao jornal gaúcho Zero Hora, Reis afirmou que Morales estava “virando um ditador”. “Se houve golpe, foi a fraude eleitoral do Evo”, afirmou.

Brasileiros financiaram comitê de Santa Cruz

Gomes dos Reis participa ativamente da política agrícola do país como um dos 13 diretores da Associação Nacional dos Produtores de Oleaginosas e Trigo (Anapo), uma das principais entidades que defendem os interesses dos ruralistas na Bolívia. Outros dois fazendeiros brasileiros com terras na região – o mineiro Roberto Zacarias Valle e o paraense Elmo Sanches Flumignan – compõem a diretoria e ilustram a foto oficial (eles são o terceiro, o quinto e o sétimo, em pé, da esquerda para a direita) da Anapo.

A associação dos sojeiros apoia há pelo menos 20 anos o Comitê Cívico pró-Santa Cruz, hoje liderado por Camacho, figura mais eloquente do golpe. No dia 8, antes da queda de Evo Morales, representantes das duas organizações e a Câmara Agropecuária do Oriente participaram de um protesto contra o que consideraram “ameaça de confisco às propriedades privadas”.

Esse suporte da Anapo pode ser traduzido em cifras, como a doação de US\$ 50 mil que a entidade fez para o Comitê em 2005. A maior parte desse dinheiro saiu dos produtores de soja brasileiros. Essa relação se estreitou em 2007, no segundo ano da administração de Morales, quando o governo orquestrava a implementação de uma nova Constituição para, entre outros itens, garantir os direitos dos indígenas.

Os latifundiários, especialmente os estrangeiros, se sentiram ameaçados de perder suas terras com a efetivação de uma reforma agrária que estava sendo discutida na Constituinte e passaram a apoiar a campanha do Comitê Cívico para que Santa Cruz fosse administrada com regras próprias, por meio de regras departamentais.

Essa ideia não avançou e os sojeiros mantiveram suas propriedades, mesmo com a promulgação da Carta Magna. Ainda assim, a proximidade estabelecida entre os grupos



Povo boliviano resiste ao golpe. A exportação de soja é um dos interesses por trás do golpe

se conservou. Em 2015, o então presidente do Comitê pro Santa Cruz, Roger Montenegro Leite, o antecessor de Camacho, participou da posse da nova diretoria da Anapo.

“Eles sempre defenderam o neoliberalismo e têm como principal objetivo estabelecer tratados de livre comércio”, diz Hector Mondragón, assessor das organizações indígenas e camponesas da Colômbia. Com a queda de Morales, a flexibilização nas regras para exportação de soja, uma das principais bandeiras defendidas pelos ruralistas, fica mais perto de ser concretizada.

Como a política do líder indígena considerava a produção agrícola como fonte de alimentos, e não de

commodities, o governo limitava a exportação de grãos para manter estável o preço interno dos grãos. Ainda assim, em maio, Morales havia cedido e liberado para exportação 60% da soja produzida. Mas os ruralistas continuaram a defender o escoamento de toda a produção.

“É um movimento incentivado pelos produtores brasileiros, que querem exportar de lá usando as mesmas rotas do Mato Grosso, com destino à China”, diz Paoliello. “Trata-se de uma réplica da dinâmica implementada também no Paraguai”. Junto com o afastamento de Evo Morales, caíram as barreiras para que tal plano seja colocado em prática.

Líder indígena denuncia violência racista

A reação ao golpe na Bolívia foi liderada na segunda-feira por camponeses e indígenas em El Alto, na região de La Paz. “Agora é guerra civil”, gritavam. Houve repressão. Do México, Evo Morales protestou no Twitter contra a ação da polícia:

— Depois do primeiro dia do golpe cívico-político-policial, a polícia amotinada reprime com bala para provocar mortos e feridos em El Alto. Minha solidariedade a essas vítimas inocentes, entre elas uma menina, e ao heroico povo de El Alto, defensor da democracia.

Os manifestantes portavam a Whipala, bandeira dos povos originários reconhecida pela Constituição de 2008. “Haverá sangue e luto, não vamos permitir que os neoliberais voltem ao poder”, afirmou Rodolfo Machaca Yupanqui, dirigente da Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia.

Integrante da organização Feminismo Comunitário Antipatriarcal, Adriana Guzmán Arroyo, da etnia Aymará, fez ao jornal argentino La Voz um relato em primeira pessoa da repressão aos movimentos camponeses e feministas:

— Estamos sob ameaça. Identificam as pessoas, circulam listas com nomes. São ataques racistas. Por exemplo, entre cinquenta pessoas identificam a que pode ser emblemática: uma mulher originária, de saia, ou um homem indígena; e se for do Movimiento

al Socialismo, melhor. São ataques pensados, programados, não são ataques de todos contra todos. São seletivos. Além disso não é somente violência, mas também humilhação: fazem-nos ficar de joelhos e pedir perdão. O prefeito de Warnes, Mario Cronenbold, foi obrigado a renunciar e a pedir perdão ao país por ter se filiado ao MAS. Na manhã de segunda-feira estiveram na casa de dirigentes camponeses, pressionando-os e destruindo e queimando suas casas, exigindo que ficassem de joelhos, deixassem a bandeira e pedissem perdão. Nas ruas se ouviu: “Esses índios de merda finalmente se vão”. Tudo tem uma lógica colonial.

Ela disse que “os cívicos” ameaçaram jornalistas de morte, tomaram rádios comunitárias e a sede da Confederação Camponesa. “Com o terror gerado nas ruas apareceu Luis Fernando Camacho, presidente do Comitê Cívico pró-Santa Cruz, que é a representação do sindicato oligarca dos proprietários de terra e empresários do país”, descreveu. “Ele tem o poder econômico”.

A repórter de La Voz informou que vídeos nas redes sociais registraram a queima de Whipalas. E que policiais retiraram de seus uniformes o símbolo indígena, plurinacional. Adriana definiu esses fatos como uma evidência do racismo do golpe. (Colaborou Alceu Luís Castilho) ♦



Bom Jesus das Selvas

Por *Gilberto Vieira dos Santos*,
secretário-adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

Oh Bom Jesus das Selvas*

Quanto sangue ainda se juntará em seus novos calvários?

Carregando sua cruz, pesada nos desmontes dos direitos,

Açoitado pelos chicotes de seu agrocéfalos algozes.

Do Herodes Poder Executivo, recibes as cusparadas de ódio,
de negação, das promessas de “nem mais um centímetro” de
direitos.

As lanças, agora multiplicadas, fazem jorrar seu peito em
cortes orçamentários;

Fragilizam-se suas políticas públicas e te oferecem,
na ponta de projetos pseudodesenvolvimentistas, um
agrovelho, embebido em amargas explorações;

Bom Jesus das Selvas, encarnado em Paulos Paulinos,
Emyras, Clodiodis, em outros tantos, em outras tantas,

Segues sendo crucificado, golpeado, morto a tiro e
pregado na cruz dos esquecidos.

Até quando?

Quando, enfim, virá tua ressurreição e sua luz debelará as
trevas trazidas pelos falsos Messias?

* Bom Jesus das Selvas é também o município no estado do Maranhão onde foi assassinado Paulo Paulino Guajajara